PLANO DE GOVERNO

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL 2023-2026

IBANEIS ROCHA GOVERNADOR

Sumário

	UM NOVO TEMPO PARA O DF	3
1	SEGURANÇA E CIDADANIA: PREVENÇÃO E REDUÇÃO CRIMINALIDADE	
2	EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA PARA TODO O DF	10
3	SAÚDE: OS DESAFIOS DO PÓS-PANDEMIA	12
4	MOBILIDADE URBANA	19
5	HABITAÇÃO - MORADIA DIGNA	22
6	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	26
7	PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	28
8	DESENVOLVIMENTO URBANO, SUSTENTABILIDADE RESILIÊNCIA	E 31
9	SANEAMENTO BÁSICO	33
10	MAIS TRABALHO E MAIS RENDA PARA TODOS	35
11	SALTO AGRÍCOLA	38
12	MEIO AMBIENTE: SUSTENTABILIDADE E DEFESA DO CERRADO DISTRITO FEDERAL	
13	SUPERAÇÃO E LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	46
14	A FORÇA DAS MULHERES	50
15	JUVENTUDE: O NOSSO FUTURO	54
16	A CULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	55
17	ESPORTE E LAZER:	61
18	TURISMO: PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DE BRASÍLIA	63
19	TECNOLOGIA: MODERNIDADE E SOLUÇÕES DE VANGUARDA	66
20	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	70
21	POST SCRIPTIIM	72

UM NOVO TEMPO PARA O DF

Quem poderia imaginar, quatro anos atrás, que o Distrito Federal, assim como todo o País, teria que paralisar quase todas suas atividades produtivas em razão de uma pandemia, sem precedentes, provocada pelo Covid-19. Nesses dois anos, o nível de dedicação do nosso governo foi reforçado para tentar atenuar a angústia de sonhos e projetos que foram adiados. Assim, buscamos manter os serviços essenciais à população, como a saúde, a segurança, a educação, o lazer, o transporte, entre outros.

O desafio de manter a atividade econômica em crescimento, garantir empregos, fortalecer o setor produtivo em todos os seus segmentos, por meio da manutenção e continuidade das obras e serviços em todo o Distrito Federal foi primordial para o processo de retomada da confiança do brasiliense, em especial, os mais necessitados. Nesse sentido, milhões de reais foram alocados para socorrer pessoas carentes, pois famílias inteiras tiveram suas necessidades mais básicas afetadas.

A resposta do nosso governo para esse problema foi imediata: instalamos a maior rede de proteção social, jamais vista no Brasil, com aptidão para garantir dignidade para aproximadamente 800 mil pessoas. Assim, como resultado desta crise profunda, recuperar a dignidade do brasiliense é a nossa maior obra, pois recuperou a nossa confiança para o período pós-pandemia. Nossa consciência social, e nosso senso de coletividade está mais apurado, desde então.

Hoje, uma nova fase da nossa administração está em curso: é o momento de analisar nossos erros e acertos, e verificar o que foi feito e o que ainda deve ser aprimorado. Obras que estavam paradas, como as estações de metrô, uma em Taguatinga e duas na Asa Sul, foram finalizadas. O complexo viário Joaquim Roriz, na saída norte foi finalmente inaugurado, e o sistema de abastecimento de água de Corumbá IV foi finalizado, fator indispensável para combater a ameaça de racionamento hídrico no Distrito Federal.

Além disso, reerguemos o viaduto que desabou no Eixão Sul e ficou interditado por dez meses. Reinauguramos a Galeria dos Estados, mais moderna e confortável, e tivemos o cuidado extra de reforçar a estrutura de todos os viadutos do Plano Piloto, que estavam em situação precária, a exemplo do que está sendo feito na Ponte Costa e Silva.

Ademais, outros projetos foram recuperados, modernizados e finalmente estão saindo do papel, como o Hospital do Câncer Dr. Jofran Frejat, que já está em obras e certamente será uma referência no tratamento dessa doença terrível. Além disso, o Túnel de Taguatinga, que já está em fase final, entrará em funcionamento em breve, assim como o viaduto na entrada do Recanto das Emas, que vai melhorar a vida de 150 mil motoristas que passam ali todos os dias.

Hoje, sinto que minha convicção está renovada. Como um "homem de ação", sou capaz de lutar e mudar o que está errado, apesar de todas as adversidades. Desde

cedo, desenvolvi um senso de justiça que nunca me abandonou, e aprendi, ao longo de minha caminhada, a valorizar o diálogo e ouvir críticas. É por meio dessas críticas que aprendo, e encontro melhores soluções, pois é preciso ser forte para enxergar na sugestão e na oposição de ideias, a oportunidade de criar respostas positivas que podem agregar a todos. Meu maior medo na vida é ser recordado no futuro pelo que falei, pois prefiro ser lembrado pelo que fiz.

De uma perspectiva histórica, o Distrito Federal tem sido vitorioso em todas as batalhas que enfrentou. Aqui vive um povo que já nasce com o valor de ser de vanguarda, com a missão de liderar. De estar na frente das questões que precisam ser resolvidas urgentemente.

É nossa missão continuar o trabalho de modernizar e promover mais eficiência à máquina pública, tendo sempre em vista o contribuinte, a população, e, sobremaneira, os mais vulneráveis. Em seu conjunto, a dimensão e a escala dos investimentos feitos nos últimos anos passam a ser os orientadores básicos do processo de desenvolvimento sustentável e competitivo de cada região administrativa do DF. Os projetos e compromissos descritos neste programa de governo respondem a esses desafios.

Um novo tempo está diante de nós!

IBANEIS ROCHA

SEGURANÇA E CIDADANIA: PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

O tema segurança pública é um desafio mundial. Muitas vezes olhamos as questões relacionadas à segurança pública como se a presença de policiais nas ruas e realização de prisões bastassem para erradicar a criminalidade violenta, o tráfico de drogas e outras formas de delinquências. Está provado que criminalidade e violência são reflexos de distúrbios sociais, elas nascem e se aprofundam quando o Estado não está presente para oferecer serviços sociais (educação, inclusive), emprego e renda,e, claro, um sistema de segurança moderno e motivado.

É sabido que com a pandemia, os problemas sociais aumentaram e com eles a criminalidade e violência. Entretanto, no Distrito Federal os números quanto à atuação das polícias foram destaques nacional (Em 2021, foi o ano menos violento dentro da série histórica e superamos os recordes históricos de 2019 e 2020, com o menor índice de homicídios dos últimos 45 anos). Conforme pesquisa realizada pela Codeplan, o policiamento regular no DF saltou de 52,5% para 65,8%.

Isso decorre de um novo modelo de governança, a partir do papel integrador e de coordenação pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e órgãos vinculados, integrando efetivamente as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a Casa Militar, além da execução a atividade de Defesa Civil pela SSP/DF.

Ao mesmo tempo em que se constata o acerto da política de segurança pública e a necessidade de dar seguimento às ações para que ganhem mais potência e continuem a produzir efeitos positivos para a segurança da Capital Federal, o período até aqui vivenciado possibilitou identificar novas áreas de atuação e ações a serem implementadas, as quais passamos a detalhar adiante.

AMPLIAÇÃO E APRIMORAMENTO DE PROJETOS

- Ampliar o número de localidades abrangidas pelo Projeto Cidade da Segurança Pública – CSP, objetivando a cobertura regionalizada de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal.
- Ampliar o Sistema de Videomonitoramento Urbano, com câmeras integradas ao sistema com novas tecnologias de inteligência, a fim de dar eficiência ao sistema. Até 2026, serão cobertas novas Regiões Administrativas como: Fercal, Paranoá, Varjão, Lago Norte, Lago Sul, Jardim Botânico, Vicente Pires, Pôr do Sol / Sol Nascente, Arniqueira, perfazendo todas as RA's do DF, além da expansão para novas áreas nas Regiões já cobertas.
- Ampliar o número de Centros de Monitoramento Remotos CMR's, no âmbito do Sistema de Videomonitoramento, para cobertura regionalizada de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal.

- Instituir nova Área de Segurança Prioritária ASP, a partir da experiência piloto da Cidade Estrutural e identificação dos protocolos e indicadores relacionados à melhoria sustentável da sensação e dos indicadores de segurança pública.
- Ampliar os projetos Viva Flor e Dispositivo Móvel de Proteção à Pessoa DMPP, aumentando o número de pessoas protegidas, com integração ao novo programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas – PROVIT.
- Promover avanços tecnológicos nas forças de segurança e novos investimentos em desenvolvimento e implantação de ferramentas para atividades operacionais e atendimento ao público.

NOVAS AÇÕES

Outras ações são necessárias, considerando o adensamento populacional do DF em áreas rurais, a fim de atender a demanda crescente do setor produtivo agropecuário e reforçar a prevenção e a repressão de crimes no âmbito rural.

• Instituir Sistema de Videomonitoramento Rural, a fim de fortalecer as ações no âmbito rural, que representa importante vetor do crescimento econômico e social para o Distrito Federal.

E ainda:

- Estruturar um Sistema de Proteção às Vítimas, Testemunhas e Familiares do DF, a partir da aprovação de projeto de lei, oferecendo segurança efetiva a todos aqueles que figuram em posição de mais vulnerabilidade na relação processual penal e na investigação criminal, além de contribuir para a eficiência e eficácia da persecução penal estatal.
- Instituir uma Política de Gestão de Veículos em Fim de Vida Útil, proposta que já está construída e encontra-se em tramitação na Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, com vistas a estabelecer uma nova política de gestão dos veículos e carcaças que não possuem mais utilidade para a mobilidade, quando passam a oferecer riscosà ordem urbana, à saúde pública e ao meio ambiente.
- Promover a estruturação orgânica do Grupo de Monitoramento e Fiscalização da Ocupação Irregular do Território (GMFOIT) na Secretaria de Estado de Segurança Pública, de modo a incrementar as ações de monitoramento, operações e combate às invasões de terras públicas.
- Instituir o Projeto Trilha + Segura de prevenção à violência e à criminalidade, com o objetivo de realizar o atendimento e acompanhamento psicossocial de adolescentes com idade entre 14 e 20 anos e que estejam em situação de vulnerabilidade social e criminal, além de contribuir para sua inserção no mercado de trabalho por meio qualificação profissional. Em 2023, será ampliado o atendimento de jovens, nas 10 Regiões Administrativas contempladas: Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião, Estrutural, Paranoá, Planaltina e Itapoã.
- Instituir o Programa Órfãos do Feminicídio diagnóstico situacional de órfãos

de feminicídios no Distrito Federal, a partir da realização de visitas e aplicação de questionário socioeconômico voltado para o órfão e seu responsável. O projeto visa fomentar o desenvolvimento de políticas públicas a serem definidas em articulação com a Casa Civil e demais Secretarias de Estado relacionadas, com foco na redução de vulnerabilidades sociais.

- Instituir o Projeto Estabelecimento Responsável, Comunidade + Segura, a fim de promover maior aproximação entre os profissionais da segurança pública e empresários do ramo de bares, quiosques e distribuidoras de bebidas locais, com vistas à prevenção da violência e da criminalidade, com foco em questões voltadas à perturbação do sossego, venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, informações sobre horários e alvarás de funcionamento, atenção às normas de segurança para prevenção de incêndios e acidentes, dentre outros.
- Instituir o programa Segurança Cidadã nas Escolas, que consiste em promover a cultura de paz nas escolas da rede pública de ensino, a partir da integração entre a comunidade escolar e as forças de segurança pública, com palestras voltadas à prevenção da violência e da criminalidade por meio de temas como: relações interpessoais, mediação de conflito a partir da comunicação não violenta, Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumento de proteção, crimes cibernéticos e outros.
- Implantar o projeto Luz nas Faixas (DETRAN-DF), destinado à execução de obras de iluminação nas faixas de pedestres.
- Ampliar o projeto de acessibilidade nas faixas de pedestres em todas as Regiões Administrativas através de reformas locais nas faixas de pedestres, objetivando torná-las acessíveis em sua plenitude.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Iremos promover a reformulação do fluxo e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – CONSEG's, de modo a integrar as ações da comunidade com as do Poder Público, oferecendo capacitação, orientação e apoio ao funcionamento dos conselhos.

Também ampliaremos o projeto Aliança Distrital, a fim de alcançar público ainda maior no enfrentamento e orientações contra a violência de gênero.

Outras ações:

- Projeto específico voltado para o setor produtivo (COMÉRCIO + SEGURO), a fim de contribuir com a melhoria da sensação de segurança pública, ações voltadas ao combate à criminalidade, especificamente nos estabelecimentos comerciais e empresas.
- Defesa Civil estruturação das Coordenações e dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – COPDEC / NUPDEC nas Administrações Regionais, fortalecendo o Sistema de Defesa Civil do DF.

REDUZINDO A CRIMINALIDADE

- Estabelecer novas ações e projetos específicos destinados à prevenção e repressão ao crime patrimonial, especialmente os relacionados ao roubo e furto de equipamentos eletrônicos e os vinculados ao transporte coletivo.
- Atuar no combate aos crimes patrimoniais em estabelecimentos comerciais, ação específica com o setor produtivo, a fim de contribuir com a melhoria da sensação de segurança pública.
- Fortalecer os instrumentos e ações de combate aos crimes cibernéticos.
- Incentivar maior participação no âmbito do Sistema de Recompensasdo Distrito Federal, que representa instrumento eficaz para localização e identificação de autores de crimes graves.
- Ampliar os investimentos nas ações de combate aos crimes de gênero.

INFRAESTRUTURA E PROMOÇÃO DE CARREIRA

- Implantar as Unidades Integradas de Segurança Pública UISP em Regiões Administrativas que não possuam equipamentos de segurança pública.
- Trabalhar pela revisão da Lei 12.086/2009 dos policiais militares e bombeiros.
- Trabalhar pela isonomia da Polícia Civil com a Polícia Federal.
- Inserir os Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal no Plano de Saúde do GDF.

RECUPERAR E RESSOCIALIZAR

A população carcerária do DF é de mais de 16 mil internos ativos, nas diversas faixas etárias, gêneros, bem como realidades sociais distintas. Faz-se necessário dispor, além de uma estrutura adequada, de mecanismos que ampliem os recursos tecnológicos e um efetivo de servidores qualificado, motivado e suficiente a atender às diversas demandas do setor.

O Estado é responsável não só pela internação, mas também por suas vidas, integridade, saúde e principalmente pela ressocialização, transformando as unidades prisionais em centros efetivos de recuperação de detentos, promovendo programas de educação e treinamento para o trabalho, além da assistência jurídica, social e religiosa.

PARA OS PRÓXIMOS ANOS SÃO NOSSAS AÇÕES:

- Construir a Penitenciária do Distrito Federal III PDF III.
- Construir o Centro Integrado de Atenção Psicossocial do Paciente Judiciário do Distrito Federal CIAP/PJ-D.
- Construir a Colônia Industrial Penal de regime semiaberto do DF.
- Executar as Oficinas Produtivas Permanentes de Capacitação PROCAP.
- Instituir o Fundo Rotativo destinado à aquisição, transformação e revendade mercadorias. A criação do fundo incentivará empresas a se instalarem no sistema penitenciário para utilização da mão de obra dos internos.
- Ampliar salas de vídeo conferência nas Unidades Prisionais.
- Nomear Policiais Penais em 2023; e
- Regulamentar a Polícia Penal.

2 EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA PARA TODO O DF

É preciso ter em mente que a educação é o primeiro passo para viabilizar a participação das populações de menor renda, nos resultados do desenvolvimento sustentado. Ela é essencial ao desenvolvimento humano, à construção da cidadania, ao incremento dos serviços sociais e à preparação do trabalhador para as exigências que advêm das mudanças tecnológicas introduzidas no mundo do trabalho.

Todas as nossas ações, portanto, precisam estar vinculadas à melhoria do desempenho escolar dos estudantes e o consequente e almejado aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), das instituições educacionais da Rede Pública do Distrito Federal. Reside nessa vinculação o caminho para que continuemos a lutar para eliminar de vez as mazelas que afligem a todos: distorção idade/série, evasão, abandono e o baixo índice de aprendizado. Com ações implementadas nesse sentido, a vida escolar e a aprendizagem dos estudantes seguirão no ritmo de excelência, inclusive com liberação dos espaços para a recepção dos novos estudantes que ingressam na rede.

MELHOR DESEMPENHO ESCOLAR

Considerando o estágio atual da política educacional pública e mesmo com os avanços que já logramos, é preciso avançarmos mais para que tenhamos uma educação universal e de qualidade. Por isso, buscamos aqui apontar caminhos que permeiem a continuidade desses avanços.

Decerto que o acesso ao sistema de ensino na idade mais tenra propicia melhor desempenho ao longo da vida escolar. No período 2019/2022 houve ampliação de vagas para a faixa etária citada, mas ainda existe demanda reprimida, em especial, em localidades periféricas (não regularizadas).

A proteção aos estudantes passa pelo cuidado da comunidade onde esse está inserido. É compromisso diminuirmos a demanda de alunos que se deslocam de uma localidade para outra em busca de atendimento na rede de ensino.

Isso posto, iremos trabalhar para:

- Ampliar o atendimento para a faixa etária de 0 a 3 anos.
- Garantir a oferta de matrícula perto da residência ou trabalho.
- Implantar programa de correção distorção idade/série.
- Garantir o atendimento adequado aos estudantes que necessitam de educação especial.
- Capacitar para o atendimento aos alunos da educação especial.
- Ampliar as Escolas de Gestão Compartilhada, a fim de atingir o objetivo de 40 Colégios Cívico-Militares até o final de 2026, cuja meta ficou prejudicada em razão da pandemia da COVID-19.

ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS

• Garantir o acesso universal a internet, a equipamentos tecnológicos e plataforma de qualidade para toda a comunidade escolar da rede pública.

FORTALECER O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

• Usar todas as avaliações disponibilizadas e ter o IDEB como referência de avaliação e para concessão de benefícios.

MAIS ESCOLAS

A escola precisa estar onde o aluno estiver. Considerando os problemas legais e de infraestrutura das localidades em regularização, a alternativa por escolas modulares será utilizada para garantir a oferta de vagas nas comunidades.

A ampliação de prédios bem equipados e aumento de vagas na rede pública é uma meta a ser alcançada em regiões que ainda possuem escolas insuficientes para cobertura da demanda. Para isso queremos garantir equipamentos escolares em novos conjuntos/condomínios, assentamentos e nas seguintes localidades, a exemplo:

 Água Quente, Recanto das Emas, Estrutural, Itapuã, Paranoá,São Sebastião e Santa Maria.

MODERNIZAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO

Buscando acompanhar as tendências de futuro para a educação, estamos implantando o Sistema Educa DF Digital em parceria com outras pastas governamentais, para que seja intensificado o uso de tecnologias no aprendizado, principalmente com plataformas de ensino e avaliação, com dispositivos móveis e a utilização de softwareslivres de informação e educação.

Essa plataforma sinaliza que os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela ONU, começam a ser delineados com estrutura profissional e sem riscos de estagnação, assegurando o cumprimento da ODS 4, que prevê assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade com a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Entendemos que a tecnologia deve ser a grande aliada da educação. É nosso compromisso aportar recursos para garantir a implantação do Educa DF Digital que garantirá práticas de ensino e aprendizagem mais modernas e conectadas com as novas tecnologias a toda a comunidade escolar.

3 SAÚDE: OS DESAFIOS DO PÓS-PANDEMIA

O mundo inteiro foi abalado por uma pandemia, com o advento da Covid-19, obrigando a população a enclausurar-se em suas casas, superlotando hospitais e postos até sua capacidade máxima e exigindo a criação de hospitais de campanha como em tempos de guerra. Não foi diferente no Distrito Federal, que acabou por ressaltar ainda mais o caráter obrigatório que tem o provimento da saúde por parte da administração pública. Persistem dificuldades e obstáculos que estão a exigir um novo patamar de organização dos serviços, de redefinição da atuação institucional e de preparação do pessoal para o novo ambiente que se tem construído.

Dessa forma, é compromisso assegurar um salto decisivo e efetivo na qualidade, na profundidade e na extensão dos serviços de saúde e de seus correlatos, uma vez que é dever do Estado garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação do indivíduo.

Para tanto, a ampliação e melhoria do sistema informatizado de qualidade, visando mais eficiência na gestão da saúde pública no gerenciamento das ações e acesso às informações em saúde são fundamentais. Neste sentido, serão propostas algumas ações estratégicas, com base nos princípios e diretrizes do Sistema Único do Saúde (SUS).

Outra questão relacionada à saúde e que é extremamente importante, o que nos faz voltar nosso olhar para ela, é a questão do surgimento de novas crises sanitárias. Segundo a comunidade científica, espera-se, até 2040, novas crises sanitárias causadas por epidemias, eventos pandêmicos ou por superbactérias. O aumento do risco de novas doenças que desafie os sistemas tem sido colocado no ambiente acadêmico-científico mundial e não podemos nos furtar de pensar em políticas públicas voltadas para esse aspecto.

Considerando o quadro inédito que foi vivenciado por toda a população do Distrito Federal em relação ao enfrentamento de uma crise sanitária sem precedentes, com o advento da Covid-19, foi possível aprender e aprimorar alguns meios de atendimento, considerando a intensa busca por atendimentos e testagem. O governo envidará esforços e recursos buscando a promoção, ampliação e aprimoramento da gestão de saúde.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA SAÚDE NO ÂMBITO DA TELE CONSULTA.

- Transpor barreiras socioeconômicas, para que os serviços e as informações em saúde cheguem a toda população.
- Promover a satisfação do usuário, qualidade do atendimento e diminuição dos custos para o sistema de saúde.
- Atender aos princípios básicos de qualidade dos cuidados de saúde: segura, oportuna, efetiva, eficiente, equitativa e centrada no paciente.
- Reduzir filas de espera.
- Reduzir tempo para atendimentos ou diagnósticos especializados; e
- Evitar os deslocamentos desnecessários de pacientes e profissionais de saúde.

SAÚDE DA MULHER E AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE DA FAMÍLIA:

- Reduzir a incidência do câncer do colo do útero e de mama, mediante ampliação da detecção precoce.
- Promover o aleitamento materno.
- Ampliar os atendimentos, com acolhimento de equipe multidisciplinar, para casos de violência contra a mulher.
- Ampliar o incentivo ao parto normal, com consequente redução de cesáreas. Ampliação da aplicação das vacinas básicas para 100% dos menores de um ano, crianças de 12 meses e grávida.
- Ampliar os programas de Educação na Infância e de Erradicação do Trabalho Infantil.
- Aumentar a cobertura do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional, com vistas ao combate à obesidade, alcançando todas as regiões administrativas.
- Implantar o Programa Escola Saudável, envolvendo uma equipe multiprofissional que ofereça ações educativas de ergonomia em sala de aula, nutrição e cidadania, além de ações preventivas nas áreas de odontologia, oftalmologia, fonoaudiologia e otorrinolaringologia, dentre outras, caso necessário.
- Inserir psicólogo, educador físico, fisioterapeuta e nutricionista no Programa de Saúde da Família.
- Promover o tratamento prioritário e atendimento materno-infantil nas regiões com populações mais carentes; e
- Promover ações educativas que envolvem o tema prevenção da gravidez na adolescência.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA REDE DE SAÚDE DO DF

- Proporcionar melhores condições de trabalho em ambiente digno, seguro e com insumos adequados.
- Promover capacitação continuada especializada para a formação e atualização profissional de servidores públicos de saúde que propiciem melhorias em sua produtividade e qualidade de vida; e
- Assegurar que o profissional da saúde tenha recursos necessários e agentes de saúde integrado, facilitando o desempenho de suas atividades.

GESTÃO INTEGRADA E MODERNA NA SAÚDE

- Avançar na promoção de programas específicos de desenvolvimento econômico que incentivem a atração de investimentos nacionais e internacionais na área de saúde, capazes de atender à demanda reprimida e futura da população do Distrito Federal.
- Expandir condições de fomento, creditícias, fiscais, instalação de infraestrutura adequada de água, esgoto, energia, comunicação e transporte para implantação de novos empreendimentos na área de saúde.
- Implementar políticas de capacitação de mão-de-obra para ocupação dos postos de trabalho a serem criados pela expansão dos atuais e atração de novos investimentos na área de saúde.
- Reforçar a adoção de uma gestão inteligente, colegiada e compartilhada, através de implantação de tecnologias da informação para coordenar ações importantes e determinantes em saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões estratégicas.
- Planejar as despesas públicas na área de saúde, buscando ampliação da qualidade do gasto público e o retorno desses serviços à sociedade, reduzindo ao máximo as compras emergenciais e alimentando os portais de transparência com informações compreensíveis por toda a população do DF.
- Implementar o controle eletrônico dos estoques e sua distribuição, evitando desperdícios.
- Descentralizar, progressivamente e com transparência, a gestão em recursos financeiros a cada Região de Saúde.
- Integrar informações, via sistema modernizado, com aperfeiçoamento dos já existentes, permitindo o acompanhamento do agendamento de consultas e exames nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), de modo que as informações sobre as condições de saúde sejam compartilhadas, garantindo atendimento de qualidade e de forma ágil.

- Introduzir metodologias e soluções tecnológicas que apoiam o controle à cobertura vacinal, aptos a suportar as campanhas de vacinação em épocas de crise epidemiológicas e vacinações tradicionais.
- Aumentar a produtividade das equipes de profissionais de saúde a partir da organização dos processos informatizados, trazendo tecnologia para as equipes que atuam em campo, gerando assim informações confiáveis de forma ágil, para o apoio ao processo de tomada de decisão.
- Reduzir custos com controle e monitoramento dos processos de forma integrada, que regulem as ofertas de consultas, internações, atendimentos de urgência e emergência.
- Ampliar o investimento em tecnologia assistiva, expandindo as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, para proporcionar mais independência e inclusão; e
- Melhorar a qualidade de recepção e atendimento aos usuários do sistema de saúde, implementando programas de treinamento e capacitação em parceria com entidades de referência.

ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

- Ampliar gradativamente o número de Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), buscando atingir o teto.
- Facilitar o acesso do usuário ou atenção primária de saúde (porta de entrada) e ampliar as equipes de estratégias da família, principalmente os Agentes Comunitários de Saúde, com a finalidade de intensificar a territorialização da assistência indo ao encontro do paciente em seu domicílio (busca ativa).
- Iniciar o processo de vinculação do indivíduo à unidade de saúde de seu domicílio, por meio de cadastro dos habitantes da área e criação de cartões de saúde diferenciados, determinando a qual unidade o cidadão pertence, garantindo efetividade na rede de atenção primária até serviços de alta complexidade, evitando tanto que o paciente tenha fluxo do atendimento perdido quanto que a rede hospitalar seja sobrecarregada com fluxos descontrolados de pacientes.
- Ampliar a cobertura da estratégia de saúde da família em todo o Distrito Federal, oferecendo infraestrutura adequada com ampliação tanto de Unidades Básicas de Saúde (UBS) quanto de equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), em consonância com a Portaria n.º 648, de 28 de março de 2006.
- Promover concursos públicos para garantir a composição de equipes multidisciplinares nas Unidades Básicas de Saúde.
- Ampliar o número de equipes de saúde bucal Tipo I e estruturar equipes Tipo II.
- Implantar o Programa Escola Saudável, envolvendo uma equipe multiprofissional que ofereça ações educativas de ergonomia em sala de aula, nutrição, cidadania, além de ações preventivas nas áreas de odontologia, oftalmologia e otorrinolaringologia, dentre outras.

- Ampliar a UBS da Penitenciária Feminina.
- Construir 18 novas Unidades Básicas de Saúde, assim distribuídas:
- UBSs modulares Tipo I: Ponte Alta, Brazlândia, Pôr do Sol.
- UBSs modulares Tipo II: Estrutural, Santa Maria, Brazlândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sol Nascente, Sobradinho, Arniqueira, São Sebastião (3 unidades), Planaltina (2 unidades), Vicente Pires.

ATENDIMENTO AMBULATORIAL E REDE DE LABORATÓRIOS

- Criar Centros de Especialidades em Reabilitação (CER), formadas por equipe multidisciplinar para prover atendimento especializado.
- Estruturar laboratórios de análises clínicas para a realização de exames complementares básicos essenciais ao atendimento primário em todas as Regiões de Saúde.
- Dar celeridade aos processos de planejamento estratégico da saúde, aquisição e manutenção de equipamentos médico-hospitalares, adotando ações contínuas em prol da gestão de avaliação e manutenção de equipamentos.
- Criar Centros de Referência e Excelência em Dependência Química para encaminhar pessoas com histórico de abuso de drogas e que possuam indicação para realizar o tratamento em regime de internação.
- Construir o Centro de Tratamento de Doenças Raras do Hospital de Apoio de Brasília.
- Construir o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III em Taguatinga.
- Construir o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III no Guará.
- Construir o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil na Ceilândia.
- Construir o Centro de Atenção Psicossocial III no Gama; e
- Construir o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil no Recanto das Emas.

UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTOS (UPAS)

- Associar as UPAS às UBS e policlínicas especializadas, implantando fluxos de rede de referência e contrarreferência; e
- Construção da UPA da Cidade Estrutural.
- Construção da UPA do Guará

ATENÇÃO HOSPITALAR

- Ampliar a rede de atenção terciária:
- Concluir a construção do Hospital Oncológico Doutor Jofran Frejat.
- Construir o Hospital Regional de São Sebastião.
- Construir o Hospital Regional do Recanto das Emas.
- Construir o Hospital Regional do Guará.
- Construir o Centro de Parto Normal Inter Hospitalar, no Hospital Regional de Ceilândia.
- Ampliar o Programa Internação Domiciliar do Distrito Federal (PID-DF), através do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Assistência Domiciliar (NRAD), em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 825, de 25 de abril de 2016, do Ministério da Saúde.

ALTA COMPLEXIDADE

- Consolidar a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer (PNCC) no Distrito Federal, através da reestruturação da linha de cuidados de pacientes oncológicos, priorizando a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado.
- Fortalecimento da rede própria no âmbito das cirurgias cardíacas e hemodinâmica.
- Fomentar equipes de transplantes diversos.
- Reestruturar linha de cuidados na área de traumato-ortopedia, no sentido de evitar longos períodos de internação enquanto aguardam cirurgia, com otimização do uso de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais); e
- Favorecer rede própria na área de terapia dialítica.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

- Ampliar a frota de veículos e equipamentos necessários e suficientes para as campanhas e ações nas áreas da saúde, em especial os denominados "fumacês".
- Fortalecer a mão-de-obra de combate às endemias, proporcionando melhores salários, sistemas de gratificação com base em metas e controles, treinamentos e capacitações continuadas, inclusive que repercutam na qualidade de vida pessoal do servidor.
- Incentivar o sistema de parcerias com órgãos e entidades internacionais do Governo Federal, dos Estados de Minas Gerais e Goiás e dos Municípios da RIDE.

- Reestruturar o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO); e
- Ampliar a rede de vacinação.

SAMU

• Construir base do SAMU nas regiões administrativas de Sobradinho, Plano Piloto (Asa Sul), Ceilândia (Setor de Indústria) e Riacho Fundo II.

MODERNIZANDO A INFRAESTRUTURA DE SAÚDE

- Contratação do Serviço de Lavanderia através de empresas especializadas para prestação de serviços contínuos de processamento de roupas de serviço de saúde, buscando gerar a obtenção de ganhos de produtividade, eficiência e qualidade na prestação dos serviços e a redução dos custos financeiros, gerando manutenção da uniformidade, padrão de higiene, boa apresentação pessoal, prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, um maior controle da proliferação de microrganismos nocivos à saúde, a redução do risco de infecções hospitalares.
- Modernizar e ampliar os mobiliários assistenciais: buscar solucionar as dificuldades enfrentadas pelas equipes médicas, de enfermagem e dos demais profissionais no desenvolvimento das atividades diárias de trabalho.
- Contratação de Serviço de Manutenção de Mobiliário: oferta de manutenção de mobiliários, visando aumentar a eficiência e a eficácia na prestação dos serviços de saúde, uma vez que sem a devida manutenção esses mobiliários podem gerar atrasos e até indisponibilidade no atendimento.
- Implantação do PPCIA (Plano de Prevenção, Combate ao Incêndio e Abandono): implantação do projeto de prevenção e combate a incêndio e acessibilidade das unidades hospitalares da rede, possibilitando o aumento do fator de proteção contra incêndios, maximizando as ações de prevenção.
- Implantação do Sistema de Coleta Seletiva de Resíduos nas Unidades de Saúde do Distrito Federal: implantar o Sistema de Coleta Seletiva de Resíduos, buscando o descarte adequado para todos os tipos de resíduos, simplificando e desonerando o processo de limpeza.
- Aumentar a cobertura de equipamentos médico hospitalar por celebração de contratos, com vistas ao alcance de 100% de todos os equipamentos.
- Promover a continuidade do Projeto de Eficiência Energética na rede de hospitais, conforme necessidades específicas:
 - Reforma e modernização de sistemas de ar-condicionado.
 - Instalação de sistema de geração solar fotovoltaico.
 - Modernização de subestações de energia elétrica e sistema elétrico; e
 - Reforma e modernização de sistemas de aquecimento de água.

4 MOBILIDADE URBANA

O Distrito Federal não pode parar. E, para isso, a população precisa de transporte público de qualidade, que o estimule a deixar o carro em casa. A meta no período2023 a 2026 é aumentar o número de pessoas usando metrô, ônibus e o futuro VLT, que terão grande melhora em sua qualidade.

Segundo o PDTU - Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana do Distrito Federal e Entorno, 42% das viagens motorizadas são por transporte público. O objetivo para o próximo governo é elevar esse número para 50% em 2025 e 60% em 2030, através de medidas de estímulo ao transporte público e restrição ao uso do automóvel.

Para atingir tais metas serão implementadas as seguintes medidas:

- Contratar a execução de nova versão do PDTU Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana.
- Preparar todo o Distrito Federal com uma rede de transporte sobre trilhos, a ser implantada nos próximos 20 anos.
- Modernizar a Linha 1 do Metrô Plano Piloto-Guará-Águas Claras-Taguatinga.
- Implantar a Linha 2 do Metrô Sistema metroviário ligando Gama, Santa Maria, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Cruzeiro, à Rodoviária do Plano Piloto e Esplanada dos Ministérios, com traçado a ser definido nos primeiros meses de Governo.
- Concluir a expansão Samambaia Norte, com mais 2 estações.
- Implantar a expansão Ceilândia, com mais 3 estações.
- Implantar novo sistema de sinalização com trens a cada 2 minutos.
- Iniciar a implantação do Metrô no início da Asa Norte, da Rodoviária até o HRAN e estudar sua viabilidade até o final o Noroeste.
- Concluir a execução das estações 104 Sul e Onoyama.
- Estudar a viabilidade técnica de utilização de trens com 6 carros (hoje opera com trens de 4 carros).
- Implantar novos pátios de apoio em Samambaia Norte e na QNR, na Ceilândia.
- Implantar sistema de VLT ligando o Aeroporto a Asa Sul, Asa Norte e Setor Noroeste.
- Concluir a implantação de moderno sistema de ônibus com prioridade de circulação – chamado BRT – no Eixo Oeste, ligando Pôr do Sol, Sol Nascente, Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras, SIG, Sudoeste, Buriti, Rodoviária do Plano Piloto.
- Implantar a Nova Saída Norte, ligando o Plano Piloto a Sobradinho e Planaltina, passando pela Península Norte, com a construção de 2 novas pontes, uma delas com projeto de Oscar Niemeyer.

- Construir a via Interbairros, oferecendo à população uma nova alternativa de interligação entre as cidades de Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Arniqueira, Park Way e Guará e sua conexão com o Plano Piloto.
- Transformação da Nova Rodoviária no Plano Piloto, com padrão aeroporto, atendendo 600 mil viagens por dia, modelagem já concluída no âmbito de uma Parceria Público Privada.
- Aprimorar o sistema de bilhetagem, ampliando a integração dos sistemas entre os diversos modos de transporte e facilitando a recarga dos cartões pelo usuário via internet e em aplicativos de celular.
- Implantar aplicativos de informação sobre horários e percursos do transporte público, permitindo o acompanhamento, pelo usuário, da localização e cumprimento dos horários por meio dos smartphones.
- Aumentar a frota de ônibus colocada à disposição da população, com corredores exclusivos para o transporte.
- Implantar bolsões de estacionamento, gratuitos, nas estações do Metrô e dos BRTs.
- Implantar e substituir abrigos para usuários do transporte por ônibus nas diversas regiões do DF, substituindo os deteriorados.
- Construir terminais rodoviários na Cidade Estrutural, Arapoanga, Arniqueira, Vicente Pires, Sobradinho e Candangolândia.
- Construir terminais de integração Metrô/VLT/BRT/Ônibus TAN/Terminal Asa Norte, Furnas/Samambaia, Planaltina, Samambaia/Recanto/Riacho Fundo.
- Implantar ciclovias, não apenas para atletas e lazer, mas como complemento ao transporte público.
- Implantar ciclovias alimentadoras de todos os sistemas estruturais de transporte público.
- Aumentar a rede de ciclovias, atualmente existem 200 km:
 - - Ciclovia EPIA do Balão do Torto até o Catetinho.
 - - Ciclovia Lago Sul em substituição à ciclo faixa.
 - - Ciclovia Lago Norte em substituição à ciclo faixa.
- Identificar principais polos para implantação de bicicletários gratuitos, vinculados às estações.
- Implantar paraciclos e bicicletários em equipamentos públicos, como escolas, hospitais e equipamentos de cultura e lazer, além de áreas com grande movimentação de ciclistas.
- Construir passarelas de pedestres nas principais vias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal.
- Ampliar o sistema de bicicletas compartilhadas em todo o Distrito Federal, associado aos sistemas de transporte público, possibilitando ampla integração intermodal com as bicicletas.

TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA

O Distrito Federal é uma unidade federativa peculiar. É cidade e Estado ao mesmo tempo. Vias urbanas têm características, por vezes, de ruas de cidade, em outras, de estradas. As entidades responsáveis, Novacap e DER, necessitam administrar essas diferenças de uso do complexo sistema viário, buscando, sempre um alto padrão de qualidade.

Eis as principais ações na área de infraestrutura a serem executadas nos próximos anos:

- Montar uma fábrica de projetos totalmente integrados com diversos setores, com execução privada e coordenação, gestão e compatibilização dos órgãos públicos correspondentes.
- Destravar a legislação para obter todas as licenças para execução dos projetos, nos menores prazos possíveis.
- Implantar um sistema de monitoramento para garantir a manutenção (conservação e restauração) contínua de pontes, viadutos, passagens de pedestre, calçadas e demais estruturas instaladas no DF, com vistas à promoção da acessibilidade e segurança da população.

SISTEMA VIÁRIO

• Construir, implantar, ampliar, duplicar e pavimentar viadutos e vias para facilitar o escoamento do tráfego urbano.

AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

• Dar continuidade na execução de obras de urbanização e requalificação urbana.

OBRAS DE DRENAGEM

• Complementar e implantar obras de drenagem no Distrito Federal.

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

- Construir ginásios de esporte, restaurantes comunitários, feiras permanentes.
- Implantar parques urbanos.
- Revitalizar, reformar e ampliar as feiras permanentes.

CONSTRUIR/REFORMAR ESCOLAS

• Construção e reforma de escolas para atendimento dos estudantes do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

- Construir, reformar e ampliar Unidades Básicas de Saúde.
- Construir áreas de resíduos de saúde.
- Construir Bases do SAMU.

5

HABITAÇÃO - MORADIA DIGNA

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL

A gestão 2019-2022 foi caracterizada por grandes avanços na política habitacional de regularização de interesse social. Houve o reconhecimento de assentamentos consolidados e suas devidas inserções no Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, como foram os casos das Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS Vila Operária do Torto, da Expansão do Mestre D'Armas II, Vila Roriz, QR 611, Vargem Bonita e Buritizinho, por meio da Lei Complementar nº 951, de 25 de março de 2019, e das ARIS Dorothy Stang, Miguel Lobato, Capão Comprido II, Morro da Cruz II, Favelinha da Horta Comunitária, Condomínio Bica do DER, Vila do Boa e Nova Gênesis, a partir da sanção da Lei Complementar nº 986 em 30 de junho de 2021.

A Lei nº 986/2021 representa um novo marco legislativo e permitiu a simplificação dos procedimentos de regularização fundiária urbana e a solução de problemas históricos, que pareciam não ter solução e que faziam com que a informalidade fosse regra no contexto urbano das cidades. A partir do habilitação reconhecimento dos processos de dos beneficiários empreendimentos habitacionais do passado desta lei, foi possível oferecer a ocupantes originários (aqueles que receberam imóvel de programa habitacional do GDF), secundários (herdeiros ou aqueles que adquiriram o imóvel de um beneficiário originário, mediante comprovação) e informais caracterizados em conformidade com a política de interesse social gratuitamente o lote e as despesas cartoriais do processo de titulação.

Sendo assim, é fundamental ampliar e dar continuidade aos trabalhos, a partir das seguintes ações:

- Promover a regularização urbanística, ambiental e fundiária das áreas de regularização de interesse social estabelecidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/DF e em legislação específica, no sentido de garantir o direito à moradia digna, com a segurança da posse, em imóveis dotados de infraestrutura e serviços públicos.
- Dar continuidade a verdadeira e completa titulação dos lotes distribuídos nos programas de assentamento promovidos pelo Distrito Federal nas cidades consolidadas, procedendo-se o registro em Cartórios, de maneira a viabilizar a retirada desses lotes do controle patrimonial do GDF.
- Promover a identificação, a análise e a habilitação de ocupantes de lotes distribuídos nos programas de assentamento promovidos pelo Distrito Federal nas cidades consolidadas, de maneira a realizar a escrituração dos

imóveis, por meio de doação, venda direta ou licitação com direito de preferência.

- Definir o endereçamento definitivo de assentamentos informais em processo de regularização.
- Dar continuidade ao Comitê Energia Legal, responsável pela coordenação das ações necessárias para implantação de redes de abastecimento de energia elétrica em áreas passíveis de regularização.

OFERTA DE NOVAS UNIDADES E MELHORIA HABITACIONAL

A Política Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal deve atender e assistir às necessidades habitacionais da população de baixa renda, traçando estratégias viáveis de enfrentamento ao déficit habitacional do DF e propondo soluções distintas para as diversas demandas dessa população, com maior atenção aos estratos mais vulneráveis.

O conceito de moradia de qualidade, no entanto, transcende as condições da unidade habitacional, levando em consideração também a sua inserção na cidade. Assim, pretende-se combater o déficit habitacional estimulando a habitação de interesse social em áreas dotadas de infraestrutura, equipamentos públicos, comércio, serviços, áreas verdes e de lazer para o convívio da comunidade e acessíveis por transporte público integrado.

Nesse sentido, são as propostas das ações destinadas ao alcance da moradia digna para a população de baixa renda:

- Articular a viabilização da doação das áreas delimitadas como Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS no Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT pelos órgãos detentores da Terra no Distrito Federal, como a TERRACAP e a SPU e em casos de impossibilidade, proceder com a compensação dessas áreas para a plena execução da Política Habitacional de Interesse Social;
- Promover a diversificação das opções de provimento e tipologias habitacionais, com atendimento às diferentes linhas de ação da política habitacional, como a de venda subsidiada de unidades habitacionais, venda de lotes urbanizados aliada à assistência técnica para projeto e obra, Serviço de Locação Social e moradia emergencial para vulneráveis;
- Garantir recursos contínuos para execução de infraestrutura nos empreendimentos de interesse social;
- Criar linhas de crédito de financiamento diferenciadas para viabilizar tanto a aquisição de unidades, como a construção e reforma de imóveis objetos das linhas de ação da política habitacional do DF;
- Priorizar o atendimento das concessionárias de serviços públicos aos empreendimentos habitacionais de interesse social;

- Implantar empreendimentos de interesse social nas mais diversas regiões administrativas;
- Ofertar habitação, com prioridade de atendimento à população com renda familiar de até 05 (cinco) salários-mínimos;
- Fortalecer instâncias participativas responsáveis pela apresentação de soluções para enfrentamento do déficit habitacional no DF e distribuição de recursos financeiros na Política Habitacional, como o CONDHAB/DF e o FUNDHIS;
- Ampliar os projetos de moradia para idosos, Pessoa com Deficiência PCD
 e famílias em situação de vulnerabilidade social, permitindo a ampliação
 do atendimento ao direito social a moradia a um maior número de famílias;
- Fortalecer o Projeto Técnico Social-PTS, pré e pós-entregas de imóveis, com ações socioeducativas de direito de vizinhança, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda, visando à melhoria das condições de vida dos beneficiários e a sustentabilidade dos programas;
- Aperfeiçoar os mecanismos de inscrição no programa habitacional de interesse social e reduzir o prazo de análise para habilitação dos inscritos;
- Estabelecer calendário de atendimento itinerante e presencial individualizado nas administrações regionais para ampliar o alcance a demandas específicas da população na melhoria habitacional ou aquisição de moradias.
- Promover ações de requalificação de espaços urbanos em áreas de regularização ou em processo de regularização fundiária;
- Estruturar Banco de Material do Distrito Federal para auxiliar pequenas obras de interesse social por meio de parcerias locais;
- Construir 40 mil novas moradias.
- Regularizar 150 mil unidades habitacionais beneficiando cerca de 525 mil habitantes.

NOVOS BAIRROS

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT define quais são as áreas passíveis de aprovação de parcelamento do solo para instalação de novos bairros para fins de oferta de provimento habitacional. Dentre as áreas que são de propriedade pública (Terracap / Codhab), está prevista a criação dos seguintes novos bairros:

- Setor Habitacional Jóquei Clube Vicente Pires
- Vargem da Benção Recanto das Emas
- QE 60 (Tasa) Guará
- Taquari Etapa 2 Lago Norte
- Região do Lagos Sobradinho
- Expansão do Itapoã Itapoã
- Expansão da QNR 6 Ceilândia
- Expansão do Bairro Mangueiral Jardim Botânico
- Expansão do Setor Habitacional Tororó Jardim Botânico
- Setor Habitacional Dom Bosco Lago Sul

6 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Apesar das ações do Estado e das respostas positivas dos setores produtivos do DF à crise enfrentada nos últimos anos, precisamos intensificar o trabalho de resgate da dívida social que o País, como um todo, contraiu ao longo de sua história. É preciso crescer e distribuir os frutos do crescimento. Em outras palavras, é preciso fazer com que as estatísticas econômicas sejam o resultado de benefícios alcançados pelo maior número possível de pessoas. É preciso incluir cada vez mais pessoas no processo de desenvolvimento, para que o progresso seja harmônico e a felicidade do povo a recompensa do governante. Essa é a fórmula do sucesso nas sociedades desenvolvidas: a busca da equidade social, entendida como a criação de condições para que as populações mais pobres participem do mercado de consumo de bens e serviços; como consequência, a preparação de um ambiente social que possa sustentar o processo de desenvolvimento econômico.

Nos últimos anos, uma das marcas que carregamos é uma gestão que cuida das pessoas. Parte-se do pressuposto de que o sucesso das políticas públicas no campo social depende do permanente e indispensável diálogo com a sociedade civil, de modo a ampliar a criação e manutenção de espaços de participação. Foi essa visão que permitiu ao DF construir uma das maiores redes de proteção social do Brasil.

É nosso compromisso avançarmos por meio de ações específicas:

- Executar o programa DF Brincar que tem como escopo beneficiar famílias do Programa Criança Feliz por meio de transferência de renda.
- Executar o programa Incentiva DF, destinado aos adolescentes com idade entre 15 e 18 anos e que objetiva a promoção da autonomia social.
- Ampliar o programa Agentes da Cidadania: Bolsa Social destinada a mulheres em situação de pobreza ou extrema pobreza que participam ativamente do trabalho social com indivíduos e famílias da comunidade local.
- Agentes da Cidadania Ambiental: Programa destinado aos catadores de materiais recicláveis, de modo a contribuir para a inclusão no mundo do trabalho na área ambiental.
- DF Alfabetização: Benefício de transferência de renda destinado aos integrantes das famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, cuja idade seja superior a 15 anos e que estejam frequentando os cursos de educação para jovens e adultos.

AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS

É nosso compromisso expandir os serviços assistenciais em todas as Regiões Administrativas do DF, fomentando ainda mais o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com maior cobertura e territorialização da rede de proteção social.

A prioridade é criar mecanismos físicos, mas principalmente empreender ações voltadas para as crianças e adolescentes, pessoas idosas e com deficiência, mulheres em situação de violência, famílias em geral, população em situação de rua, comunidade LGBTQIA+, migrantes, população indígena, entre outros públicos.

- Criação do CENTRO DIA da Estrutural, primeira unidade no Distrito Federal que assistirá aos idosos em situação de vulnerabilidade social na região.
- Criação do CREAS Itapoã, assegurando proteção social especial às pessoas e famílias vítimas de violação de direitos.
- Ampliação do número de atendimento de Cadastro Único às famílias de baixa renda, com maior composição da força de trabalho e capacitações periódicas, visando uma resposta mais efetiva na atualização de dados e informações.
- Priorizar a política de segurança alimentar e nutricional, com maior consolidação do Programa Prato Cheio e a ampliação da oferta de Cesta Verde e de Cesta Básica in natura.
- Expansão da rede de Restaurantes Comunitários, com a implementação de café-da-manhã em todas as unidades, bem como a inserção de jantar, garantindo três refeições diárias aos usuários, inclusive aos domingos.
- Fortalecimento do programa de transferência de renda (DF Social), como conjunto de políticas integradas e referência na redução da desigualdade social.
- Aprimorar o controle na concessão de benefícios sociais, com o devido cruzamento de dados como forma de reduzir fraudes e a utilização indevida do dinheiro público.
- Ampliação da regularização de terrenos públicos para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e entidades religiosas via Moeda Social.
- Melhorias estruturais nas unidades de atendimento ao público.
- Implementar estrutura móvel para atendimento e busca ativa das famílias com maior índice de vulnerabilidade social, residentes em área urbana ou rural.
- Expansão da rede parceira para fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social SUAS.
- Aprimorar a integração das políticas de assistência social, saúde, educação, justiça, esporte e cultura, como forma de universalização da garantia de direitos e efetiva inclusão social.

7 PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Cumpre-nos, neste Plano de Governo, atualizar e aperfeiçoar o Planejamento Estratégico de curto, médio e longo prazos do Governo do Distrito Federal, a partir da proposição ao legislativo de dispositivo na LODF que torne o Plano Estratégico do DF obrigatório, tornando-o norteador das leis e normas que regem o orçamento público local.

Aperfeiçoar e integrar sistemas e ferramentas tecnológicos de governo para apoiar a tomada de decisão dos gestores públicos e da alta administração.

FAZENDA E FINANÇAS PÚBLICAS

- Formular, executar e disseminar a política fiscal desenvolvimentista, que fomente a expansão do PIB e a redução da burocracia, com foco na atração de investimentos nacionais e internacionais.
- Assegurar o equilíbrio fiscal por meio de responsabilidade na gestão fiscal, com aumento da receita orçamentária por meio da eficiência e eficácia da arrecadação e controle do gasto público, sem aumento da carga tributária.
- Aumento da captação de recursos em operações de crédito para aplicação em projetos estruturantes, necessários ao desenvolvimento da cidade.
- Aumento da captação de recursos oriundos de emendas parlamentares federais e de transferências voluntárias da União a partir da contínua articulação com a bancada de deputados federais, e senadores do Distrito Federal, bem como ministérios e Presidência da República.
- Priorizar o pagamento de precatórios de acordo com os planos firmados anualmente entre o GDF e o Judiciário.
- Ampliar a receita por meio da eficiência e do aumento da base de contribuintes, reduzindo impostos, estimulando a atividade empreendedora, os investimentos e a geração de emprego e renda.
- Aperfeiçoar o processo de simplificação da legislação tributária iniciado na Gestão 2019-202, com redução da quantidade de taxas tributárias e da burocracia na administração tributária, atendendo demandas do setor produtivo para induzir a geração de emprego e renda à população do Distrito Federal.
- Melhorar o atendimento do contribuinte a partir do aperfeiçoamento de sistemas e ferramentas tecnológicas e simplificação e definição de prazos para práticas de atos a cargo da administração tributária.
- Implantar a Escola Fazendária do Distrito Federal, por meio de parcerias e sem aumento de despesa, para oferta de cursos, treinamentos, simpósios e seminários, presenciais e virtuais, de forma continuada, para contadores, economistas, advogados, servidores, contribuintes e demais interessados

sobre temas tributários de interesse da sociedade.

- Estimular o retorno de empresas que saíram do Distrito Federal.
- Ampliar programas de saneamento de empresas e recuperação de créditos de difícil recebimento, que efetivamente atendam aos interesses da sociedade e do Estado.
- Criar o Conselho de Desenvolvimento e Tributário, com participação de entidades do setor privado, da sociedade civil organizada e do Distrito Federal para subsidiar e divulgar a formulação da política fiscal.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Ampliar a política de Valorização e Qualidade de Vida do Servidor e familiares, implantada na gestão 2019-2022, proporcionando melhores condições de trabalho, capacitações continuadas e especializações e oferta de ambiente de trabalho digno.

- Negociar condições para oferta de remuneração justa e variável em função de metas estabelecidas em conjunto com as categorias.
- Assegurar o pagamento de atrasados existentes com os servidores, diminuindo a necessidade de judicialização.
- Instituir programa de recuperação financeira assistida para servidores que necessitem desse auxílio.
- Valorização, qualificação e melhoria da remuneração dos funcionários públicos.

SISTEMA EMPRESAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Formular, executar e disseminar a política fiscal desenvolvimentista, que fomente a expansão do PIB e a redução da burocracia, com foco na atração de investimentos nacionais e internacionais.
- Ampliar a receita por meio da eficiência e do aumento da base de contribuintes, reduzindo impostos, estimulando a atividade empreendedora, os investimentos, a geração de emprego e renda.
- Aperfeiçoar o processo de simplificação da legislação tributária iniciado na Gestão 2019-2022, com redução da quantidade de taxas tributárias e da burocracia na administração tributária atendendo demandas do setor produtivo para induzir a geração de emprego e renda à população do Distrito Federal.
- Criação de Programas de Incentivos fiscais, econômicos e creditícios para consolidação e expansão do processo de desenvolvimento do Distrito Federal.
- Aumentar a captação de recursos em operações de créditos para aplicação em projetos estruturantes, necessários ao desenvolvimento da cidade.
- Favorecer a expansão e o fortalecimento das empresas locais, bem como estimular o empreendedorismo e startups.
- Estimular o retorno de empresas que saíram do Distrito Federal.
- Aumento da captação de recursos por meio de articulação com o Governo

Federal, inclusive do Fundo do Centro Oeste - FCO e do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO, para aplicação em favor da infraestrutura econômica e dos investimentos no Distrito Federal

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DF

- Inserir o DF no conceito de Cidade Inteligente, Humana e Sustentável, conectando e integrando serviços públicos e infraestrutura (transporte, segurança, saúde, educação, urbanismo, gestão etc.) como forma de melhorar a oferta de serviços públicos, a gestão pública, o ambiente competitivo privado e, em especial, a qualidade de vida da população.
- Na gestão, aprimorar os sistemas e ferramentas tecnológicos de governo para apoiar a tomada de decisão dos gestores públicos e da alta administração.
- Na educação, apoiar tecnicamente a expansão da conectividade entre estudantes, pais, familiares e escola por meio de aplicativos e infraestrutura tecnológica.
- Na saúde, apoiar tecnicamente a melhoria do acesso de cidadãos à atenção primária em saúde a partir do uso de aplicativos e infraestrutura tecnológica, evitando formação de filas e deslocamentos desnecessários.
- Na mobilidade, apoiar tecnicamente o desenvolvimento de aplicativo de pesquisa de linhas e horários, trânsito e melhores acessos.

8

DESENVOLVIMENTO URBANO, SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA

O Distrito Federal conta com mais de três milhões de habitantes e território de 5,8 mil km², dividido em 33 regiões administrativas. O Plano Piloto, que concentra a maior parte dos postos de trabalho, desde 1987 ostenta o título de Patrimônio Culturalda Humanidade pela Unesco, por seu projeto urbanístico e conjunto arquitetônico. O tombamento impõe uma série de desafios para conciliação da preservação de suas características fundamentais com a necessária atualização de usos para refletir uma nova dinâmica urbana, sem que se coloque em risco os princípios definidos no plano de Lúcio Costa. A aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) constitui-se um grande pilar.

Nas demais regiões administrativas situadas fora do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB, que concentra a maior parte da população, há necessidade de se avançar no enfrentamento da dispersão urbana, por meio de ações integradas de mobilidade e desenvolvimento econômico, especialmente uma maior oferta de empregos locais.

Os problemas urbanos no DF são cada vez mais complexos e pautados pela vulnerabilidade socioeconômica crescente da maior parte de sua população, pela escassez hídrica, infraestrutura em boa parte obsoleta, espaços públicos não implantados ou implantados com baixa qualidade, notadamente fora do Plano Piloto. Destaca-se, ainda, que a taxa de consumo de terra nos últimos anos se apresenta maior que a taxa de crescimento populacional, agravando o espraiamento da ocupação urbana.

As estratégias adotadas para enfrentamento do déficit habitacional e da irregularidade urbano-fundiária passam pela necessidade de se avançar em diversas frentespara a promover a Habitação de Interesse Social – HIS, bem como concluir processos de regularização fundiária, dando cumprimento as diretrizes já estabelecidas pelo plano diretor vigente.

Revisão do PDOT

Na perspectiva do planejamento urbano, torna-se crucial a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Urbano – PDOT, com a incorporação de novos temas e novas abordagens àqueles tradicionalmente tratados nos planos anteriores, a partir das dinâmicas territoriais observadas na atualidade, bem como das agendas internacionais e locais. Faz-se também necessária a articulação plena entre todos os demais instrumentos de planejamento, tais como: Zoneamento Ecológico Econômico ZEE, Plano de Drenagem Urbana – PDDU, Plano Diretor de Transporte Urbanoe Mobilidade - PDTU, Plano Diretor de Transporte sobre Trilhos – PDTT, Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos - PGIRH e Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB, Plano de Desenvolvimento Rural – PDR, dentre outros.

AGENDAS

Imperiosa, ainda, a articulação com as novas agendas globais, por meio da maior aderência à Nova Agenda Urbana – Habitat III; à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; às medidas para enfrentamento das mudanças climáticas; dentre outras. Fóruns mundiais como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável dialogam diretamente com desafios históricos que o Distrito Federal (DF) enfrenta para a construção de um território sustentável e resiliente, cujo potencial socioeconômico e riqueza ambiental ainda não se refletem integralmente em prosperidade interna e bem-estar da população. As persistentes desigualdades regionais, problemas de escassez de água e enchentes, perda do cerrado, violência urbana, pobreza, informalidade e melhoria de serviços urbanos básicos e moradia digna são exemplos destes problemas, de longo tempo reconhecidos, abordados por estas agendas globais.

- Nesse sentido, tomaremos como ações para o desenvolvimento urbano:
- Aprovar o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília PPCUB.
- Revisar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial Urbano PDOT.
- Revisar a Lei de Usos e Ocupação do Solo LUOS, na perspectiva de dinamização do território.
- Promover a revitalização e requalificação de espaços públicos em todo o Distrito Federal, com foco no pedestre e mobilidade ativa.
- Maiores avanços na desburocratização e simplificação de aprovação de projetos de arquitetura, parcelamento do solo e regularização fundiária.
- Adotar a tecnologia Building Information Modeling BIM para aprovação de projetos de arquitetura.
- Promover programas voltados para a Habitação de Interesse Social HIS em diversas linhas.
- Aperfeiçoar a fiscalização urbana para coibir ocupações e construções irregulares.
- Articular os instrumentos de planejamento e adoção integral dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e Nova Agenda Urbana.

9 SANEAMENTO BÁSICO

Nos últimos anos, o GDF, através da CAESB, tem buscado garantir a todos os habitantes o abastecimento de água de qualidade, coleta e tratamento do esgoto sanitário. O objetivo expresso neste Plano de Governo é aprimorar e expandir tal atendimento.

As ações a serem implementadas são a seguir relacionadas:

- Implantar expansão do sistema de saneamento básico em Arniqueira e Park Way.
- Universalizar o abastecimento de água e esgotamento sanitário urbano e a ampliação dos serviços na área rural, em parceria entre CAESB, Secretaria de Agricultura e ADASA.
- Regularizar o abastecimento de água e priorizar as obras de saneamento básico em áreas urbanas em processo de regularização, possibilitando a todos o atendimento com água de qualidade e esgotamento sanitário.
- Estabelecer uma política de incentivo de reuso de água e captação de águas pluviais, estimulando e fortalecendo, junto à sociedade, a consciência do uso racional da água, como uma política de governo.
- Implantar o reforço do sistema produtor Paranoá Norte para abastecimento de água em Sobradinho, Sobradinho 2, Planaltina, Taquari, Paranoá, Vale do Amanhecer e Itapoã.
- Implantar Projeto Águas Emendadas com mecanismos de proteção ao meio ambiente, como projeto demonstração das ações que se sucedem ao Fórum Mundial da Água, sediado em Brasília em 2018.
- Dar continuidade na melhoria das barragens de Santa Maria e do Descoberto visando aumentar a segurança desses reservatórios.
- Implantar uma adutora para a interligação do sistema produtor Corumbá às cidades de: São Sebastião, Jardim Botânico e região do Tororó.
- Ampliar o sistema produtor de água de Brazlândia com a implementação da captação do Córrego Olaria, aumentando a segurança hídrica daquela cidade.
- Concluir a implantação do sistema de esgotamento sanitário do Setor Primavera, em Taguatinga.
- Melhorar e ampliar as Estações de Tratamento de Esgoto do Melchior, Recanto das Emas e Paranoá.
- Modernizar o tratamento de água da estação do Rio Descoberto.
- Construir novos reservatórios para a ampliação na oferta hídrica na região do Grande Colorado.
- Melhorar o sistema de abastecimento de água no Engenho das Lages.
- Implantar Projeto Escola Sustentável, em Planaltina, servindo de modelo para as demais escolas, buscando parcerias nos setores público e privado.

- Melhorar qualitativa e quantitativamente a produção do sistema de Água do Descoberto otimização do uso do solo.
- Melhorar a produção do sistema do Pipiripau, através do combate à erosão, garantindo a sustentabilidade da bacia.
- Contratar novo Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do DF.
- Estabelecer novo marco institucional para implantação, operação, manutenção, monitoramento e encerramento de aterros sanitários.
- Estabelecer uma política regional de estímulo à implantação de indústria de recicláveis, identificando que tipo de indústria deveria ser estimulada, em articulação com a Secretaria de Economia e Secretaria de Meio Ambiente, estimulando o beneficiamento de resíduos em ação com apoio das cooperativas de catadores.

MAIS LUZ PARA O DF

- Substituição de todo o parque de iluminação pública por lâmpadas de LED.
- Iluminação das faixas de pedestres.
- Instalação de luminárias inteligentes (alimentação solar, com câmeras de monitoramento e 5G) em locais de grande fluxo de pessoas (rodoviária, SCS etc).
- Autorização para que a Concessionária faça a regularização do fornecimento de energia às unidades consumidoras existentes em ocupações irregularesde baixa renda.

10 mais trabalho e mais renda para todos

O Distrito Federal, como de resto todo o mundo, vem sentindo os efeitos do desemprego decorrentes do impacto da pandemia em setores importantes e vem desenvolvendo ações pontuais para evitar que eles assumam contornos dramáticos. É preciso levar em conta, também, as rápidas transformações do mercado de trabalho, com o aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados. Nesse sentido, é cada vez maior a responsabilidade do Estado com programas de educação para o trabalho. Tem papel destacado também na qualificação profissional, concessão de microcrédito orientado, estímulo ao empreendedorismo e demais formas de geração de renda.

Esses dados conduzem a algumas diretrizes preliminares acerca de uma política de emprego e renda para o DF nos próximos anos.

VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR

- Aplicar o Programa de Qualificação Profissional e Frente de Trabalho RENOVADF, que visa desenvolver habilidades pessoais em cursos, capacitando trabalhadores para o setor da construção civil e, ao mesmo tempo, renovando os equipamentos e/ou espaços públicos, tais como: parques infantis, praças, quadras poliesportivas, pontos de encontro comunitários, paradas de ônibus, campos de grama sintética e outros congêneres.
- Manter o Qualifica DF, programa de requalificação profissional em 50 profissões, nas áreas do agronegócio; comércio, saúde e serviços; e indústria.
- Incrementar ações visando ampliar a participação feminina no mercado de trabalho no DF, com ações como Jornada da Mulher Trabalhadora, Mulheres Empreendedoras e Mulheres Vencedoras.
- Desenvolver o Programa Prospera, de microcrédito, executado com recursos do Fundo Para a Geração de Emprego e Renda do DF – FUNGER/DF, que concede empréstimos e financiamentos para empreendimentos produtivos de pequeno porte. Abrange empreendedores informais, empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, produtores rurais da agricultura familiar e cooperativas de trabalho das áreas urbanas ou rurais.

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

A Secretaria do Trabalho busca amplo esforço de industrialização no DF, diversificando as matrizes produtivas e energéticas de forma sustentável, ampliando o empreendedorismo e o crédito cooperado, para incluir grupos vulneráveis e minorias.

- Desenvolver e apoiar projetos de inclusão produtiva nas áreas rurais do DF, com o incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, gerando emprego e renda, priorizando a base agroecológica e a agroindustrialização, com a ampliação do crédito e da economia solidária como instrumentos de desenvolvimento.
- Adotar medidas para a valorização dos grupos vulneráveis e minorias.
- Promover a instituição do Programa Emprego Novo, com foco na juventude.
- Implantar a Política Distrital de Economia Solidária.
- Possibilitar a qualificação e formação de recursos humanos capazes de atuar em empresas do ramo logístico que vierem a se instalar no DF, criando estratégias e ambiente favorável para atração de empresas e empreendedores atuantes nesse ramo.
- Ampliar a rede de atendimento do Sine com os serviços integrados que a Secretaria oferece, com a possibilidade de incluir o serviço de formalização do MEI voltado aos microempreendedores.
- Aprimorar o sistema de Intermediação de Mão de Obra por meio da implantação de plataforma integrada, voltada ao trabalhador autônomo, a partir de aplicativo de serviços, facilitando o acesso da população aos serviços ofertados.
- Implementar o Procedimento de Orientação Profissional, com o objetivo de dar orientação aos trabalhadores que buscam por vagas de emprego, elaboração de currículo e realização de entrevistas.
- Promover a orientação profissional de alunos oriundos do ensino médio com foco no primeiro emprego.
- Empreender ações junto aos empregadores (entidades de classes, sindicatos, associações e congêneres), visando a captação de vagas.
- Desenvolver projetos de qualificação e inserção profissional de Pessoas com Deficiências – PCDs em consonância com as diretrizes da Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência.
- Viabilizar a formalização de empreendimentos que atuam de modo informal.
- Intensificar as atividades do Fórum Distrital da Micro e Pequena Empresa e cria a Rede de Capacitação Empreendedora no DF.
- Desenvolver políticas de qualificação e fomento em favor dos trabalhadores de aplicativos de transporte de entrega, lavadores e guardadores de veículos, catadores, entre outros.
- Fortalecer o Programa Jovem Aprendiz. Implantar redes de apoio ao desenvolvimento da economia social e solidária, voltadas para os pequenos negócios (mini estúdios de atividades esportivas e funcionais, feiras de artesanato etc).
- Ampliar as fontes de captação de recursos destinados ao Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER/DF.

•	Ampliar as ações e atividades do Programa Fábrica Social, com vistas à inclusão
	das atividades voltadas ao comércio, serviço e afins, visando o atendimento
	às pessoas em situação de vulnerabilidade, inclusive com a abertura de novas
	unidades.

11 SALTO AGRÍCOLA

Com uma área agrícola em expansão, o Distrito Federal tem se destacado como uma das líderes, proporcionalmente e pela diversidade, em valor de produção agrícola no país. Fato é que em várias culturas do DF possui uma produtividade superior à média nacional. E tudo isso sem representar desmatamento ou degradação do meio ambiente. Resulta da aliança de desenvolvimento tecnológico com sustentabilidade, tornando eficaz e rentável a produção no segmento dos pequenos agricultores, junto aos quais a Emater exerceum papel muito importante.

É nosso compromisso buscar as condições necessárias para a implantação das ações pactuadas nos eixos do PDRS/DF (DF MAIS AGRO), que envolve:

- Infraestruturas rurais.
- Agricultura familiar.
- Comercialização e abastecimento das cidades.
- Defesa agropecuária, qualidade e segurança alimentar.
- Questões territoriais e agrárias.
- Questões sociais.
- Inovação e empreendedorismo rural e Meio ambiente.

REGULARIZAR JÁ

- Concluir o acertamento fundiário das terras públicas rurais.
- Iniciar o processo de titulação das terras públicas rurais.
- Regularizar as ocupações das associações de produtores e cooperativas rurais.

LICENCIAMENTOS

- Uniformizar as taxas ambientais com as dos Estados vizinhos, visando os licenciamentos ambientais para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.
- Reduzir as exigências administrativas para as licenças ambientais.

ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO, MELHORES ESTRADAS

- Ampliar as estruturas para atendimento dentro do Programa Porteira Pra Dentro.
- Ampliar as estradas rurais pavimentadas dentro do Programa Caminhos das Escolas.

PRODUÇÃO ORGÂNICA

- Normatizar e regularizar os Pontos de venda de orgânicos nas entre quadras das cidades.
- Ampliar, nas compras institucionais, os produtos orgânicos.
- Implantar o Centro de Referência em Agroecologia.

SEMENTES E ADUBOS

 Promover a distribuição gratuita de insumos (calcário, adubos e sementes) as famílias de agricultores familiares e aqueles em situação de vulnerabilidade social.

INTEGRAÇÃO

- Criar condições de fomentos à produção e comercialização de produtos agrícolas, bem como ao crédito rural aos agricultores familiares/assentados.
- Intensificar a implantação do crédito fundiário.
- Normatizar as feiras livres não permanentes de produtos agrícolas.
- Fomentar a padronização das feiras.
- Ampliar a comunicação (telecomunicação e internet) a todas as comunidades rurais.
- Fomentar via Parque Tecnológico de Brasília (BIOTIC) e Parque Granja do Torto (PGT) estruturas para desenvolvimento e validação de Startups para o agro regional.
- Impulsionar as industriagro com as Biotechs e Agrotechs.

CONSERVAÇÃO DO SOLO E ÁGUA

- Dar continuidade à revitalização dos canais coletivos de irrigação.
- Dar suporte aos produtores rurais para a conservação de solo e água em suas propriedades – mecanização agrícola.
- Implantar o programa de construção de poços artesianos comunitários com energia elétrica e fotovoltaica.
- Ampliação da ação de instalação de fossas ecológicas, preferencialmente para aqueles com Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) e inscritos nas Boas Práticas Agrícolas.
- Implantação do programa de compostagem de resíduos rurais.

CRÉDITO RURAL

- Fortalecer as parcerias com as instituições financeiras para fomentar o crédito agropecuário.
- Ampliar os recursos dentro do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) e noPrograma de Microcrédito Prospera.

- Estabelecer o Programa da Compra Antecipada.
- Implantar o Programa de Financiamento de Habitações Rurais.
- Fomentar o acesso ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA

- Implantação do Programa dos Galpões Comunitários Rurais.
- Implantar o programa de construção de poços artesianos comunitários com energia elétrica e fotovoltaica.
- Implantação de infraestrutura de apoio à comercialização no atacado em Planaltina-DF.
- Ampliação do efetivo de segurança dentro do Batalhão Rural.

COMPRAS INSTITUCIONAIS

- Ampliar a base de produtores participantes nos programas Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal (PAPA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Alimenta Brasil (PAB).
- Reorganizar as Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos (URDAS), aproximando as unidades dos agricultores familiares, encurtando distâncias.
- Ampliar e modernizar as estruturas do Banco de Alimentos.
- Dar continuidade a implantação dos polos agroindustriais do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD DF) e Rio Preto.

DEFESA AGROPECUÁRIA

- Vacinação gratuita e assistida de animais da agricultura familiar.
- Implantar o laboratório de análises de água e solo.
- Implantar o laboratório de fitopatologia.

JUVENTUDE E MULHERES NO CAMPO

- Ampliar o programa Filhos Desse Solo.
- Ampliar o programa de creches rurais.

CEASA

- Modernizar e ampliar as instalações da CEASA/DF.
- Entrega do Mercado Central de Brasília.
- Renovar o quadro por meio de concurso público.

EMATER

- Ampliar as reformas das unidades.
- Assegurar o PDV.
- Renovar o quadro por meio de concurso público.

SEAGRI

- Ampliar as reformas das unidades.
- Estabelecer plano de capacitação.
- Renovar do quadro de servidores por meio de concurso público.

OUTRAS AÇÕES:

- Dar continuidade ao processo de transformação da Granja do Torto como um espaço de eventos do setor agropecuário, de geração de empreendimentos complementares para o agro, trazendo ocupações e renda.
- Implantar o parque de vitrines tecnológicas para o agro.
- Renovar contrato de gestão com o PGT.

12 MEIO AMBIENTE: SUSTENTABILIDADE E DEFESA DO CERRADO NO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal conseguiu avanços importantes na pauta ambiental nos últimos anos e precisa avançar mais ainda na sustentabilidade. Uma das questões fundamentais vem das mudanças no clima. A meta é que o DF se torne a primeira unidade da Federação a ter políticas públicas efetivas voltadas para neutralidade climática, prevendo estratégias para se reduzir a emissão dos gases do efeito estufa na atmosfera.

Deverá haver também investimento na preservação do Bioma Cerrado, para possibilitar a geração de créditos de carbono como ativo financeiro a ser destinado à preservação ambiental. São ações a serem coordenadas pela Secretaria do Meio Ambiente.

PLANO CARBONO NEUTRO

- Executar o Plano Carbono Neutro, que visa a redução das emissões de gases de efeito estufa no DF em 25% até 2025 e em 37,4% até 2030. Prevista atuação nos setores de transporte, agricultura, uso da terra e florestas, setor de resíduos e de indústrias, além do Plano de Adaptação.
- Atualizar constantemente o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa.
- Instituir o Programa de Obtenção de Recursos Financeiros via Créditos de Carbono.
- Investir na ampliação do Metrô-DF.
- Estimular a frota movida por biocombustíveis.
- Instituir o programa de incentivo aos veículos elétricos compartilhados.

MATRIZ ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL

- Instalar usinas fotovoltaicas em unidades de conservação para suprir demanda de energia elétrica em prédios públicos do DF.
- Instituir o Programa de Eficiência Energética nos Prédios Públicos do GDF, voltado para o consumo consciente de água e energia elétrica.
- Regulamentar o IPTU Verde, prevendo desconto para incentivo de práticas conscientes.

CUIDADO COM O CERRADO

O DF tem papel estratégico na questão do cerrado, merecendo as seguintes ações:

- Fortalecer ações do Plano de Prevenção a incêndios.
- Garantir implementação dos instrumentos previstos na Lei 12.651/2012, com foco no cadastro rural, no Programa de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e na cota de reserva ambiental.
- Instituir os Corredores Ecológicos.
- Recuperar áreas degradadas dentro e fora de unidades de conservação.
- Elaborar a lista oficial de espécies da flora ameaçadas de extinção e o Plano de Manejo das Espécies Exóticas e invasoras da flora Distrito Federal.
- Criar unidades de conservação no DF.
- Executar a política de educação ambiental, com foco na preservação do cerrado.
- Instituir o Programa de Criação de Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPNs), inclusive com incentivos.
- Incentivar práticas de produção sustentáveis e de baixo carbono, como os Sistemas Agroflorestais SAFs, a abordagem integrada da paisagem, a integração lavoura-pecuária e floresta, dentre outras.
- Promover a regularização ambiental dos assentamentos rurais.
- Desenvolver a política inteligente de Florestas Urbanas.
- Estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada e organismos internacionais.
- Ampliar o Programa Alameda das Nações no Jardim Botânico de Brasília.
- Tornar o Jardim Botânico de Brasília o centro de referência de espécies da flora do cerrado.
- Instituir o Programa "Rede de Produção de Mudas de Espécies Nativas do Cerrado".

FAUNA DOMÉSTICA E SILVESTRE

O DF ocupa lugar de destaque pelo cuidado dispensado à fauna doméstica e desenvolve também ações visando o bem-estar da fauna silvestre, dentre as quais as seguintes:

- Ampliar o Serviço do Hospital Veterinário Público (HVEP), com construção de novoprédio.
- Intensificar a castração de cães e gatos.
- Atuar com Ibama, Polícia Civil, Polícia Militar e Brasília Ambiental no combate aos maustratos a animais.
- Ampliar vacinações de cães e gatos, e executar campanhas de vermifugação animal.
- Aumentar percentual de animais silvestres reintroduzidos na natureza.

- Implantar monitoramento da variação populacional e dos movimentos migratórios de espécies prioritárias, tendo como exemplo as capivaras.
- Desenvolver campanhas de educação ambiental para proteção da fauna silvestre.
- Consolidar Jardim Zoológico como centro de referência.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL

Eis os principais pilares para o desenvolvimento de uma gestão ambiental moderna e participativa:

- Consolidar o Sistema Distrital de Informações Ambientais do Distrito Federal como base de dados da informação ambiental georreferenciada do DF.
- Realizar ações de acordo com as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico Econômico ZEE.
- Implantar o Cadastro Ambiental Rural.
- Implementar o Licenciamento Ambiental Online.
- Elaborar Cadastro Distrital de Unidades de Conservação.
- Implantar a agenda E.S.G (ambiental, social e governança), com fundamento nos O.D.S (objetivos de desenvolvimento sustentáveis).
- Recompor a força de trabalho do setor, com concursos para diversas carreiras.
- Aperfeiçoar a legislação ambiental do DF.
- Instalar câmeras nas unidades de conservação.
- Fortalecer a participação social nos colegiados.
- Implantar modelo participativo no acompanhamento das atividades poluidoras.

RESÍDUOS SÓLIDOS

- Executar o Programa de Apoio à Reciclagem.
- Promover campanhas de educação ambiental para a coleta seletiva.
- Aprimorar sistemas de logística reversa com entidades gestoras das cadeias de embalagem, agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, pneus, óleos lubrificantes etc.
- Ampliar a coleta seletiva.
- Construir módulo avançado de gestão de resíduos sólidos.
- Ampliar condições de apoio a catadores de materiais recicláveis.
- Aprimorar infraestrutura do Aterro Sanitário.
- Estimular reaproveitamento dos resíduos da construção civil e volumosos.
- Fortalecer ações de compostagem.

SANEAMENTO SUSTENTÁVEL

- Ampliar de 89% para 92% o acesso da população ao esgotamento sanitário, com coleta e tratamento.
- Incrementar a capacidade instalada de tratamento de água.

QUALIDADE AMBIENTAL

- Investir na conservação e recuperação de nascentes.
- Investir no diagnóstico e na manutenção da qualidade da água.
- Implementar sistema de monitoramento da qualidade do ar.
- Implementar controle preventivo das condicionantes ambientais, garantindo a regularidade ambiental de todos os empreendimentos licenciados.

13 SUPERAÇÃO E LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência enfrentam desafios diários, sem falar do preconceito enraizado como se a pessoa com deficiência fosse um doente, fragilizado e incapaz. Nossa luta é pela inclusão e participação, considerando que o universo de pessoas nessa condição no DF é bastante amplo. Criada em nossa gestão, a Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência do DF trabalha na articulação e coordenação da efetiva promoção do protagonismo da pessoa com deficiência, e sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Tais políticas abrangem pessoas com deficiência em geral, física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial e a deficiência múltipla, conceituada como a associação de duas ou mais deficiências. As ações da pasta estão interligadas a políticas públicas relacionadas às secretárias da educação; saúde; esporte e lazer; transporte e mobilidade urbana, bem como cultura e economia criativa, e turismo.

CIL ONLINE

• Projeto CIL On Line – Central de Intermediação em Libras. Será um serviço de Atendimento virtual de intermediação em Libras, visando atender pessoas com deficiência auditiva nos diversos órgãos públicos do DF.

BIKE PARA TODOS

• Criar um serviço de Atendimento de lazer e recreação para pessoas com deficiência em geral, por meio do fornecimento de bicicletas adaptadas e handbikes, para uso nos parques e locais de lazer e recreação, para pessoas com deficiência em geral.

PROGRAMA BANCO DE CADEIRA DE RODAS E EQUIPAMENTOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO

• Criar uma ação de Atendimento para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio de serviço de empréstimo de cadeiras de rodas, cadeiras de banho, andadores, e outros equipamentos auxiliares de locomoção.

CENTRO DE TREINAMENTO E REFERÊNCIA DO PARADESPORTO (COP)

• Criar um Centro de treinamento de referência, para atendimento específico de pessoas com deficiência que desenvolvam atividades esportistas, visando o crescimento do paradesporto, e desenvolvimento dos paratletas da cidade, o mesmo poderá ser efetivado em um dos Centros Olímpicos e Paralímpicos.

PROGRAMA DE CONCESSÃO DE CADEIRAS DE RODAS PARA PRÁTICA ESPORTIVA

• Cadeiras de rodas especificas para a prática de atividade física e esportiva, objetivando o desenvolvimento físico e esportivo das pessoas com deficiência em geral.

PROGRAMA DE CONCESSÃO DE MATERIAL ESPORTIVO AO PARADESPORTO

• Criar um serviço de Atendimento para pessoas com deficiência em geral, por meio do fornecimento de material esportivo, visando o desenvolvimento da prática do paradesporto.

PROGRAMA SOS ACESSIBILIDADE

• Fornecer um serviço de atendimento a comunidade, para identificação de demandas e necessidades especificas de acessibilidade para pessoas com deficiência, buscando direcionar ações para solucionar tais demandas.

PROJETO "CARAVANA DA INCLUSÃO E CIDADANIA"

• Evento que levará para as diversas localidades do Distrito Federal, as atividades e ações desenvolvidas pela Secretaria da Pessoa com Deficiência, e de outros órgãos, oferecendo serviços e atendimentos diversos, atividades inclusivas, apresentações esportivas e culturais, atividades vivenciais, apoio jurídico, cursos de libras, informações sobre acessibilidade, saúde, emprego, passe livre, dentre outras.

NÚCLEOS DE ATENDIMENTO INCLUSIVO DE PCDS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

 Criar núcleos de atendimento para pessoas com deficiência, nas diversas regiões administrativas do DF, buscando atender as demandas especificas da área, e direcionamentos para os programas de apoio existentes para este segmento. O Núcleo funcionará em parceria com o CRAS da Região Administrativa equivalente, ou em outras instalações, de acordo com a necessidade ou disponibilidade.

PROJETO CÃO GUIA

• Criar um serviço de Atendimento de pessoas com deficiência visual, por meio do fornecimento de serviço cão guia para condução de cegos.

PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE BENGALAS GUIA PARA CEGO

• Criar um serviço de fornecimento de bengalas guia para pessoas com deficiência visual (cegos), por meio do programa de concessão de órtese e prótese.

PROGRAMA BRASÍLIA MAIS ACESSÍVEL

 Desenvolver ações para o estabelecimento de mais acessibilidade nos órgãos públicos, buscando mais acessibilidade urbanística, comunicacional, turística, de lazer, etc. para facilitar o acesso e permanência de pessoas com deficiência em geral.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO DO AUTISMO

• Criar um Centro de Atendimento e de referência para pessoas com autismo.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO DE DOENÇAS RARAS

• Criar um Centro de Atendimento e de referência para pessoas com doenças raras.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA INSTITUCIONAL

• Criar um espaço de referência e convivência, para instalação de pontos de atendimento de instituições que desenvolvam atividades para pessoas com deficiência, visando o encaminhamento e atendimento direto de pessoas com deficiência nas mais diversas áreas.

COMPLEXO DE ATIVIDADES EDUCACIONAL, CULTURAL E ESPORTIVO BILÍNGUE

• Criar o Complexo de Atividades Educacional, Cultural e Esportivo Bilíngue, com o intuito de atender as pessoas com deficiência auditiva, bem como outras deficiências, nas diversas atividades e área de atuação, a saber, educação, cultura e esporte.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE

 Criar uma comissão permanente de acessibilidade, composta por representantes da sociedade civil e do governo, com o objetivo de analisar, propor, implantar e manter uma política pública de acessibilidade, nos mais diversos níveis e tipos.

OUTRAS AÇÕES:

- Criar um serviço de Atendimento de encaminhamento para estágio, de estudantes com deficiência em geral, visando uma melhor inclusão dos mesmos na vida social e no mercado de trabalho.
- Criar um núcleo de serviços para atendimento de pessoas com deficiência visual, por meio de orientações, encaminhamentos e apoio em geral para as demandas do segmento.

- Criar um programa de atendimento volante, com fornecimento de serviços de manutenção e conserto de cadeiras de rodas para pessoas com deficiência.
- Criar um centro com serviços específicos de inclusão profissional, para atendimentos na área de qualificação e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- Aquisição de mesas ginecológicas adaptadas e acessíveis para atendimento de mulheres com deficiência.
- Criar um prêmio, visando homenagear as pessoas físicas e jurídicas, que tenham se destacado, na realização de ações voltadas ao desenvolvimento das pessoas com deficiência, e/ou por outras ações que estabeleçam mais inclusão, acessibilidade, e cidadania de pessoas do segmento.

14 A FORÇA DAS MULHERES

As diretrizes que norteiam as políticas voltadas às mulheres baseiam-se na atuação de forma transversal, em rede, articulando organizações públicas e privadas na promoção e proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade. Isso se faráde forma descentralizada, fortalecendo a atuação nas Regiões Administrativas, na promoção de articulação com os organismos internacionais; e no alcance do Objetivo 5° da Agenda 2030 das Nações Unidas:

"Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas"

NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

 Muito já se fez e mais ainda se fará, com campanhas e assistência direta, envolvendo os Órgãos de Segurança, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Casas da Mulher Brasileira, para reduzir os números da violência contra a mulher.

AUTONOMIA ECONÔMICA

• Promover a igualdade e corrigir injustiças históricas ampliando a inserção das mulheres na economia.

AÇÕES

- Ampliar com novas unidades da Casa da Mulher Brasileira nas Regiões Administrativas.
- Ampliar com novas unidades de Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAM nas regiões norte e sul.
- Transferir para espaços próprios 8 Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica(NAFAVDs).

PROGRAMA VIVA FLOR

Fortalecer este programa de proteção às mulheres vítimas de violência, em articulação com os demais órgãos, que é executado por meio de um dispositivo semelhante a um *smartphone*, de acordo com critérios estabelecidos pela Justiça. Possui sistema de localização em tempo real, permite a gravação de áudio e vídeo do ambiente, sistema operacional customizado, exclusivamente, para o uso de proteção à pessoa, não permitindo o uso para outras finalidades, como Internet. O sistema dual chip permite a continuidade do uso em caso de desconexão por ausência de sinal de uma das operadoras e chat de texto, com possibilidade de envio de mensagens prontas, vídeos e áudios, além de ser possível realizar ligações para telefones pré-cadastrados.

CÓDIGO SINAL VERMELHO

Vamos ampliar o número de instituições parceiras. Este programa funciona como ferramenta de pedido de socorro para mulheres em situação de violência. Estabelece que as vítimas de violência doméstica poderão procurar farmácias, condomínios, hotéis e supermercados em funcionamento em todo o DF e apresentar um sinal vermelho na mão como alerta de que estão vivendo uma situação de vulnerabilidade, ou até mesmo pedir ajuda verbalmente. Os participantes do programa são capacitados por meio de vídeos tutoriais e cartilha elaborados pela SMDF, Secretaria de Segurança Pública e unidades da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

AGENDA DF

• Inserção dos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVDs) no Agenda DF. Trata-se da disponibilização do Agenda DF à Secretaria da Mulher, para facilitar o acesso da mulher aos serviços oferecidos pelos CEAMs. O serviço já está em fase de implantação.

ACOLHIMENTO DE MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

 Acolhimento de mulheres egressas do sistema prisional, com intuito de fortalecimento feminino e possibilidade de reinserção social e fortalecimento da cidadania.

PROGRAMA REDE SOU MAIS MULHER

Vamos ampliar o programa por meio de parcerias com organizações públicase privadas que atuam no DF e que fomentam ações voltadas à promoção da igualdade entre mulheres e homens, o empreendedorismo e a autonomia econômica das mulheres. As ações são executadas por meio de programas implementados entre a Secretaria da Mulher e as instituições parceiras.

ESPAÇO EMPREENDE MAIS MULHER

Trata-se de espaços disponibilizados para oferecer oportunidades às mulheres em situação de vulnerabilidade e promover a autonomia econômica, por meio de capacitação e orientação profissional. Nesses espaços são oferecidos acolhimento e acompanhamento psicossocial, elaboração de plano personalizado e encaminhamento para cursos de capacitação presencial, mentoria para o empreendedorismo e para vagas de emprego.

Vamos ampliar as ações desenvolvidas no Espaço Empreende Mais Mulher nas unidades de Casa da Mulher Brasileira – CMB.

PROGRAMA OPORTUNIDADE MULHER

• Ampliar o Programa por meio de ações itinerantes em todas as RAs

PROJETO MULHERES HIPERCRIATIVAS EM PARCERIA COM A

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS - OEI

• Capacitar, de forma virtual e gratuita, mulheres em todo DF e Entorno, fortalecendo uma rede feminina de empreendedorismo e incentivando o desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres.

AÇÃO MULHER NO CAMPO

• Realizar ações em todas as áreas rurais do Distrito Federal, levando serviços oferecidos pelos órgãos do governo para as mulheres do campo. Este programa também oferece capacitação e orientações referentes aos seus direitos, além de esclarecimentos sobre a legislação vigente. As ações fazem parte de demandas e necessidades apresentadas pelas mulheres participantes do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e Cerrado.

ESPAÇOS COLABORATIVOS PÚBLICOS

• Criar estações de trabalho em espaços colaborativos públicos integradas à implementação de programas de microcrédito e capacitação, para solução de entrave importante na geração de renda.

PROGRAMA EMPODERA – FORMAÇÃO DE MULHERES LÍDERES

• Implementar em todas as Regiões Administrativas programa destinado à formação de mulheres em liderança, visando o fortalecimento de redes dentro das comunidades em que atuam na promoção e proteção das mulheres da sua cidade.

NÚCLEOS REGIONAIS DO CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL

• Implementar em todas as Regiões Administrativas.

PROJETO DE INSERÇÃO DE MENINAS NAS CIÊNCIAS E NAS ÁREAS TECNOLÓGICAS

• Implementar em todas as Regiões Administrativas, incentivando a formação de mulheres nas áreas de Ciências Exatas, Engenharia e Computação.

PRÊMIO TALENTO MULHER

• Implementar em todas as Regiões Administrativas. Por meio de concurso, premiar mulheres líderes e organizações sociais do DF que contribuem, efetivamente, para a promoção e proteção das mulheres em suas comunidades.

PROGRAMA REALIZE

 Ampliar para todos os servidores da Secretaria da Mulher, por meio da Portaria Nº 16 de 15 de março de 2022, com a finalidade de estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais para a vida e para o trabalho, com foco no empreendedorismo e na autonomia econômica, de mulheres oriundas dos equipamentos da Secretaria da Mulher.

CLÍNICA DA MULHER - CENTRO ESPECIALIZADO DE SAÚDE DA MULHER

O Centro Especializado de Saúde da Mulher – CESMU oferece atendimento às mulheres encaminhadas pelas Unidades Básicas de Saúde – UBS com suspeita de câncer ginecológico, que já foram tratadas em razão de outras neoplasias malignas, e atendimento de mulheres em situação de violência que apresentem comorbidades como: obesidade, diabetes, lesões cutâneas decorrentes de câncer, hiper/hipotireoidismo, dentre outras.

• Implantação de novas unidades da Clínica da Mulher (regiões norte e sul)

15 JUVENTUDE: O NOSSO FUTURO

Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021, o Distrito Federal possui uma população jovem de aproximadamente 725.916 jovens, (faixa etária entre 15 e 29 anos), o que corresponde a praticamente um quarto da população. Números que reforça a necessidade de ficarmos atentos a essa faixa da sociedade, que é de fato o futuro do DF.

Políticas transversais devem permear tal segmento, oferecendo um olhar específico à saúde, educação, sociais como cultura e lazer, assim como capacitação e inserção no mercado de trabalho. Pois de acordo com dados obtidos pela PDAD 2021, cerca de 31% dos jovens não aparecem como economicamente ativos por justamente estarem na condição de "nem, nem" (que não estuda, nem trabalha), o que preocupa o Estado e faz com que avancem ainda mais em suas políticas para essa população, dentre as quais compromete-se:

- Ampliar o Plano Distrital de Juventude no âmbito do Distrito Federal.
- Implementar Centros de Referência da Juventude no âmbito do Distrito Federal, funcionando inclusive aos fins de semana.
- Criar o cadastro distrital de informações para a proteção da infância e da juventude.
- Criar o Observatório de Proteção Integral à Juventude.
- Criar o selo "Empresa Amiga da Juventude".
- Criar o Programa Primeiro Crédito para a Juventude Rural no âmbito do Distrito Federal.
- Instituir a Política Distrital da Juventude Saudável e de Qualificação Técnica para o Jovem Tutelado.
- Inserir a juventude nos projetos culturais fomentados com recursos públicos e garantir ingressos gratuitos em eventos culturais.
- Realizar os Jogos da Juventude no âmbito do Distrito Federal.
- Instituir a Política Pública Distrital destinada ao resgate de Jovens vítimas de violência sexual, denominada Vira Vida.
- Criar programa de divulgação de fotografias de jovens desaparecidos, com idade entre 15 e 29 anos, nos sites, aplicativos e redes sociais dos órgãos públicos e concessionárias do Governo do Distrito Federal.
- Instituir a Política Distrital destinada à Inclusão Social e Ambiental de jovens; e ampliar ações conjuntas a Secretaria de Justiça junto aos Centros de Ressocialização.

16 A CULTURA NO DESENVOLVIMENTOECONÔMICO

Um dos segmentos mais afetados com a pandemia nos últimos dois anos, a Cultura praticamente se reinventou, conectando-a intrinsecamente à economia – daí extraindo o conceito de Economia da Cultura ou Economia Criativa, que gera renda e promove empregos a partir do capital intelectual. Pois além dos artistas, há uma gama de profissionais envolvidos direta e indiretamente, que formam a rede da Economia Criativa, como os operadores de som, de luz, maquiadores, cenógrafos, pipoqueiros, e até mesmo os motoristas de táxi ou aplicativo, que conduzem o público aos eventos.

Para se ter uma ideia, segundo dados do Ministério da Cultura em 2018, havia, no Brasil, 251 mil empresas ligadas à Economia da Cultura (cujos insumos são as ideias), com mais de 1 milhão de empregos, o que recolheu aos cofres públicos em impostos cerca de 10,5 bilhões de reais. Nesse cenário, o Distrito Federal aparece como o terceiro estado no ranking com os maiores PIBs criativos, 3,1%, acima portanto da média nacional, que era de 2,61%.

Diante desses dados, observamos que a Cultura não é somente Diversão e Arte, mas um eixo importante para a Economia. Mas, além dos números, temos uma sociedade que consome cultura e também famílias que vivem dessa Cultura.

Nossa atuação nos últimos anos alcançou resultados inéditos, o que pode ser creditado à mudança de paradigmas na elaboração de políticas e desenvolvimento de ações. Políticas essas que antes desta gestão privilegiavam majoritariamente agentes culturais e moradores das zonas centrais e mais abastadas do Distrito Federal.

Entrando e passando pela pandemia, dentre as diversas linhas de fomento à arte e à cultura – termos de colaboração, termos de fomento, premiações e editais do Fundo de Apoio a Cultura (FAC) –, o Distrito Federal investiu aproximadamente R\$ 365,8 milhões, dados consolidados até maio de 2022, distribuídos entre diversas linguagens artísticas que compõem a riqueza cultural do nosso território.

Outro importante fator é o cuidado com o patrimônio. A Secretaria de Cultura e Economia Criativa é responsável por 27 imóveis, sendo alguns deles construções históricas até mais antigas que Brasília, como o Museu do Catetinho. E tem desafios pela frente, como a reforma do histórico Teatro Nacional Cláudio Santoro.

APONTANDO PARA O FUTURO

ECONOMIA CRIATIVA

A Economia Criativa será o motor da retomada da economia como um todo após a pandemia de Covid-19. Sendo assim, devemos nos empenhar, nos próximos anos, em formar novos profissionais, capacitar os que já atuam no setor, ampliar e criar ambientes de negócios, além de manter-se atuante na preservação do patrimônio cultural, diversidade, acessibilidade, democratização e descentralização das políticas públicas culturais.

O Distrito Federal, de fato tornou-se uma usina de ideias e de projetos culturais. E contribui para isso o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), maior instrumentode fomento à cultura per capita no país. Para se ter uma ideia, em 2021, graças aos recursos do FAC, o Distrito Federal foi a unidade da federação que mais investiu em cultura no Brasil – em valores absolutos.

Para que os avanços não retrocedam, com uma visão mais sistêmica, que envolve todas as nuances da economia criativa, e não apenas o fomento a projetos culturais, propomos as seguintes linhas de ação:

- Democratizar e descentralizar os recursos, atendendo de forma mais incisiva as Regiões Administrativas de menor Índice de Desenvolvimento Humano, seus segmentos, e demais peculiaridades.
- Criar um banco de talentos de profissionais da cultura, onde, obrigatória e minimamente, 30% das fichas técnicas dos projetos fomentados com recursos públicos deverão ser compostas por esses profissionais.

TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

- Criar um sistema para ajudar na gestão e transparência dos projetos fomentados pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em todas as linhas de fomento disponíveis tais como: Fundo de Apoio à Cultura (FAC), Lei de Incentivoà Cultura (LIC) Termos de Fomento e Colaboração, dentre outras.
- Consolidação e criação de indicadores para mensurar a eficácia e alcance das políticas públicas culturais.

EMPREENDEDORISMO

- Criação de curso de bacharelado em Gestão Cultural na UniDF, supervisionado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, podendo inclusive utilizar equipamentos da SECEC como salas de aula.
- Aumento das linhas voltadas à capacitação de agentes culturais, tanto dentro do FAC, como no Conexão Cultura (programa que permite intercâmbio com outras unidades da Federação e com o exterior).
- Contrapartidas voltadas à capacitação de agentes culturais brasilienses que tenham utilizado o Conexão Cultura.

- Calendário integrado de atividades realizadas pela Secretaria, tanto os eventos como capacitações, voltadas para a economia criativa.
- Isenção de impostos para utilização de determinados espaços, criando Distritos Criativos em pelo menos quatro Regiões Administrativas, especialmente em locais que demandam maior desenvolvimento sócio econômico.
- Realização de rodadas de negócios culturais (exemplo MIC-BR) específicas do Distrito Federal, a exemplo do setor de audiovisual.
- Fomento a atividades culturais que possam difundir a cultura do DF em outras unidades da federação e outros países.
- Criar setor na SECEC que auxilie agentes culturais a modelar o seu negócio, em parceria com agências públicas e privadas.
- Utilização do Fundo de Apoio à Cultura não apenas como investidor a fundo perdido, mas também com empréstimos que possibilitem o desenvolvimento de empresas inseridas no cenário da indústria criativa.
- Criação e ampliação de programas a serem realizados pela SECEC, como o Escola de Carnaval, que possam auxiliar na capacitação de agentes voltados para a economia criativa, ligados à cadeia produtiva do carnaval tradicional.
- Criação da Escola de Cultura.

DIFUSÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Tão ou mais importante do que gerar renda e receita para os artistas e fazedores de cultura do Distrito Federal, é difundir a arte produzida por aqui. É importante formar plateia, qualificar a população, pois apenas assim as pessoas poderão se enxergar como artistas e/ou como fazedores de cultura, ou ao menos poderão se identificar com a ideia da cultura.

Muitas vezes algumas linguagens culturais são enxergadas como elitistas e restritas a um determinado extrato social, e isso não poderia ser mais falacioso. Assim, é fundamental que a cultura do DF seja difundida em todos os cantos do quadradinho, e fora dele.

Levar a produção cultural de Brasília para outros rincões do Brasil e do mundo é fundamental para que os produtores, artistas e agentes culturais do DF possam cada vez mais se profissionalizar, obter patrocínios externos, atrair gente e investimento para Brasília.

A difusão cultural em si, tem essas duas características muito marcadas: enriquecer a oferta de lazer e cultura para a população em geral (dentro e fora do DF);e atrair investimentos cada vez mais robustos para a cultura do DF.

• Aperfeiçoar linhas do Fundo de Apoio à Cultura voltadas à circulação e difusão cultural, dentro e fora do Distrito Federal.

- Fortalecer e descentralizar os recursos do programa Conexão Cultura, como também melhor as contrapartidas a serem oferecidas pelos agentes culturais contemplados, de modo que se possa incrementar a arte local.
- Valorização e investimento em projetos culturais de povos originários, indígenas, quilombolas e de outras minorias por meio de linhas específicas de fomento e premiação.
- Fomento as festividades juninas, em especial às quadrilhas juninas e demais artistas que disseminem os festejos tradicionais juninos.
- Apoio a projetos de agentes culturais com Deficiência.
- Políticas Culturais aos fazedores de cultura 60+.
- Políticas Culturais junto aos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Projetos culturais que busquem diminuir o sofrimento psíquico, seja amenizando ou integrando-os a atividades laborativas.
- Implantação de políticas culturais para a primeira infância, utilizando a cultura como ferramenta de formação do ser.
- Ampliação do projeto Cultura nas Cidades.
- Fomento às atividades culturais sacro-religiosas.

EQUIPAMENTOS

Os equipamentos culturais são cruciais não só para o desenvolvimento da Cultura no DF, como também social. É notório que as Regiões Administrativas que possuem equipamentos culturais públicos possuem maior produção cultural, maior qualificação cultural e maior formação de plateia. Fatores que melhoram os índices de desenvolvimento humano e reduz substancialmente problemas com segurança pública, impactando ainda na qualidade da educação local.

Hoje, há uma reconhecida concentração dos equipamentos culturais geridos pela SECEC no Plano Piloto, ao passo que existem mais de 25 regiões administrativas sem nenhum tipo de equipamento público, especialmente as mais vulneráveis. Há diversas Regiões Administrativas (RAs) que sequer possuem equipamentos culturais, públicos ou privados.

Considerando que a maioria das RAs possuem espaços de certo modo ociosos, sob a tutela da Administração Regional, uma grande possibilidade é utilizar esses espaços para poder fomentar um equipamento cultural de acordo com as suas especificidades, nesse sentido teremos como objetivos:

- Criar um centro cultural para cada Região Administrativa.
- Concluir o Centro Cultural de Ceilândia.

O TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO

A prioridade é reabrir o Teatro Nacional por completo. Com o aporte financeiro já garantido para a reforma da Sala Martins Pena, agora é hora de finalizar o trabalho e reformar a Sala Villa Lobos e o restante do equipamento cultural.

CINE BRASÍLIA

• Profissionalizar e modernizar a gestão desse equipamento que é um dos maiores cinemas públicos do país.

ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO

• Descentralizar concertos da Orquestra Sinfônica para todas as Regiões Administrativas, além de promovê-la pelo país.

RÁDIO CULTURA

A Rádio pública do DF é um dos mais importantes instrumentos de difusão cultural dentro do DF. Portanto é fundamental fortalecê-la.

- Ampliar o corpo técnico e de servidores.
- Criar programas voltados para a difusão cultural e para a promoção da cultura do DF.
- Garantir a manutenção e a modernização dos equipamentos da Rádio.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Marco da arquitetura e urbanismo modernos, Brasília é detentora da maior área tombada do mundo – 112,25 km² – e foi inscrita pela Unesco na lista de bensdo Patrimônio Mundial em 7 de dezembro de 1987, sendo o único bem contemporâneo a merecer essa distinção. Além dos 22 equipamentos culturais sob sua guarda,a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF possui uma lista de 56 bens materiais tombados.

Para dar dinamismo e operacionalidade na gestão desses bens, contamos com o início efetivo da Fundação de Patrimônio Cultural do Distrito Federal (FunPAC-DF), instituída pela lei complementar 933/2017. Essa Fundação, vinculada à Secretaria de Cultura e Economia Criativa, cuidará dos equipamentos culturais de responsabilidade do DF, além dos bens tombados (materiais e imateriais) dando o zelo necessário à sua preservação e manutenção.

- Modernizar os Espaços Culturais, tornando-os mais atrativos e atuais aos visitantes, com instalações adequadas.
- Fortalecer o intercâmbio com Escolas oferecendo minicursos de educação patrimonial.
- Promover a inserção da arte e da cultura nos processos e nos espaços de educação, assim como aproximar a comunidade escolar da criação, da produção e da fruição cultural.

BIBLIOTECA NACIONAL

- Renovar periodicamente o acervo, melhorar as instalações, realizar eventos culturais incentivando a política do livro, leitura e oralidade.
- Ampliar, modernizar e democratizar o sistema de Bibliotecas do DF.
- Dar continuidade aos Prêmios Candangos de literatura e o Candanguinho.
- Estabelecer convênios com prefeituras da RIDE onde os estudantes daquelas cidades possam conhecer e consumir das estruturas dos equipamentos culturais do DF.

REFORMAS

- Reformar o Complexo Fazendinha, na Vila Paranoá.
- Concluir a reforma do Cine Itapuã, no Gama.
- Concluir a reforma do Eixo Cultural Ibero-americano (antigo complexo Funarte).
- Criar Espaço cultural voltado à acessibilidade.
- Revitalizar o Museu Vivo da Memória Candanga.
- Modernizar o Complexo Cultural dos Três Poderes.
- Modernizar o Centro de Dança.
- Transferir o Teatro de Taguatinga para a Secretaria de Cultura.

17 ESPORTE E LAZER: BEM-ESTAR PARA TODAS AS IDADES

A Política de Esporte implementada em conformidade com a Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) está voltada basicamente para três vertentes: esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento. Para cumprir essas finalidades, visando ampliar as ações já implementadas e criação de novas, é imperativo uma Política de Esporte e Lazer com ações integradas voltadas para a popularização de práticas que atinjam todos os segmentos da sociedade, contribuindo para a criação de hábitos esportivos permanentes, tendo em vista o direito social ao esporte e lazer como dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais, conforme os ditames da Constituição Federal do Brasil e da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Deve-se ressaltar que as a ações da pasta estão interligadas às políticas públicas das Secretarias de Educação, Saúde e das Pessoas com Deficiência.

Para tanto, iremos trabalhar na elaboração do Plano Diretor do Esporte de forma participativa, objetivando definir os princípios, objetivos e diretrizes, tornando-o um marco no desenvolvimento estruturado de ações desportivas. E, a partir daí:

- Revitalizar áreas públicas deterioradas, priorizando aquelas onde há elevados índices de criminalidade, associada ao tráfico de drogas, numa ação conjunta interinstitucional de secretarias e agências públicas.
- Ampliar o número de atletas e do número de modalidades esportivas atendidos pelo Programa Bolsa Atleta.
- Incentivar a prática esportiva e a formação de atletas na modalidade futebol, através da implantação do Projeto "Amigos da Gente" em todas as Regiões Administrativas.
- Implementar o projeto "Campeonato de Futebol Amador Rural" para incentivar e valorizar o desenvolvimento intelectual e físico dos praticantes defutebol, criando condições para a melhoria da qualidade de vida, prevenção de doenças, bem como no combate às drogas.
- Incluir os "Jogos Abertos da Terceira Idade" no calendário esportivo do Distrito Federal.
- Implantar "circuitos inteligentes" para práticas esportivas nos parques ecológicos vivenciais de uso múltiplo e nas Regiões Administrativas do DF.
- Incentivar a prática de esportes aquáticos não poluentes no Lago Paranoá.
- Apoiar a prática desportiva em Parques e Unidades de Conservação, como caminhadas, trilhas, esportes de aventura e desporto radical.
- Criar Programa de Valorização de Atletas e Medalhistas, reinserindo na atividade econômica como treinadores e palestrantes, mediante prévio cadastramento e capacitação, pessoas que possam contribuir na formação de atletas ena prática de atividades esportivas.

• Criar o cadastro de alunos da rede pública de ensino, com ênfase no perfil esportivo, a fim de identificar talentos e desenvolver aptidões com foco em competições internacionais e olimpíadas, acompanhando a participação e os resultados obtidos.

É nosso compromisso também democratizar o acesso à informação dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Esporte e Lazer por meio do aperfeiçoamento dos sistemas existentes e criação de novos sistemas tecnológicos. E, ainda, aperfeiçoar os novos sistemas de tecnologia implementados no âmbito do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos e dos projetos inseridos na referida pasta, especificamente, o Sistema de Gestão dos Centros Olímpicos e Paralímpicos – SIGECOP.

- Ampliar o número de Centros Olímpicos e Paralímpicos para outras Regiões Administrativas do Distrito Federal visando a realização de atividades esportivas e de lazer, integradas a outras formas de atendimento socioeducativo, para o desenvolvimento físico, pessoal e social de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, incluindo pessoas com deficiência no DF.
- Ofertar aos estudantes da Educação em Tempo Integral da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, por meio do Projeto Esporte Educa, realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, no âmbito do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos de modo a oportunizar a prática esportiva de uma ou mais modalidades esportivas como meio de desenvolvimento psicomotor e cognitivo, de integração e resgate social promovendo bem-estar físico e mental dos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal.
- Ampliar o Projeto "Futuro Campeão", no âmbito do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, cujas ações consistem na identificação de talentos visandoa formação de atletas de rendimento com base nas regras padronizadas pelas Federações do Distrito Federal com vistas à obtenção dos melhores resultados competitivos, possibilitando a representação do Distrito Federal em campeonatos regionais, nacionais e internacionais.
- Ampliar o Projeto "Esporte com a Comunidade", no âmbito do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, como meio de fomento e democratização do acesso das comunidades esportivas locais e de projetos sociais, ao esporte e lazer em suas diversas modalidades esportivas, nas diversas Regiões Administrativas por meio do uso dos espaços esportivos dos Centros Olímpicos e Paralímpicos, incluindo a oferta de material esportivo e acompanhamento por profissional especializado.
- Ampliar o Projeto Lazer para Todos, desenvolvido no âmbito do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, de modo a integrar a comunidade aos espaços esportivos dos Centros Olímpicos e Paralímpicos, por meio do uso dos espaços para a prática de esporte e lazer aos finais de semana, contemplando a oferta de modalidades esportivas específicas e inovadoras e incluindo material esportivo e acompanhamento esportivo qualificado.
- Ampliar e fomentar as corridas de rua e provas de ciclismo, incluindo as pessoas com deficiência, o que alimenta a cadeia do turismo e suas vertentes.

18 TURISMO: PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DE BRASÍLIA

O Distrito Federal desponta hoje no cenário nacional como um dos principais destinos turísticos do País, com forte impacto na rede hoteleira, comércio e serviços. As ações do turismo devem ser integradas com o trade e a comunidade do DF para ampliar a qualificação, estruturação, oferta e participação do destino Brasília nos mercados regional, nacional e internacional. Elas estão estruturadas nos seguintes pilares: gestão e fomento ao turismo, desenvolvimento de produtos e apoio à comercialização.

AÇÕES

- Atualizar a Política de Turismo do Distrito Federal, com a participação de entidades representativas do Governo e da sociedade, suprindo as necessidades de mercado com o avanço da tecnologia e de novos conceitos.
- Realizar o "Prêmio Brasília: O Novo Olhar do Turismo", para destacar personalidades e projetos turísticos.
- Avaliar e implementar ações do Plano de Turismo Criativo de Brasília.
- Propor, em parceria com entidades governamentais e privadas, novo regimento interno do Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal.

TURISMO CÍVICO E PEDAGÓGICO

- Consolidar o Programa "Brasília, Turismo Pedagógico na Nossa Capital", voltado para estudantes da rede pública de ensino.
- Regulamentar o Programa "Turismo Cívico e Pedagógico" em âmbito federal.
- Implantar o projeto "Brasília, Turismo Rural e Pedagógico", também destinado a estudantes.
- Mapear e promover áreas rurais e de produção agrícola.
- Desenvolver o enoturismo no DF, e formar profissionais para atuar no setor vitivinícola.

NEGÓCIOS E EVENTOS

- Implantar o Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Distrito Federal.
- Apoiar a realização de eventos técnicos, culturais, esportivos, agropecuários e de outros segmentos.
- Promover eventos com alcance de público nacional e internacional, bem como disseminar expressões da cultura brasilense.

- Criar mecanismos para fortalecer e promover festivais culturais e técnicos.
- Associar Brasília na International Congress and Convention Association (ICCA).
- Ampliar o Clube de Hospitalidade do Turismo, com objetivo de oferecer novas opções de descontos para participantes de eventos em Brasília em serviços de hotelaria, gastronomia, locação de automóveis, entretenimento, entre outros.
- Estimular a captação de eventos regionais, nacionais e internacionais.
- Credenciar os agentes e operadores de turismo náutico.
- Realizar a Procissão Náutica de Dom Bosco no mês de agosto de cada ano.
- Promover a rota "caminhos da Fé" em Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia e Planaltina.
- Promover em âmbito nacional os eventos religiosos do DF, com alcance turístico.
- Implementar o projeto "Brasília, Turismo Acessível", para bem receber pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Criar mecanismos para incentivo ao turismo criativo, associados com a política de desenvolvimento econômico do DF.

ARTESANATO E MANUALIDADE

- Implantar o centro de interpretação do artesanato, do turismo e da economia criativa de Brasília.
- Fortalecer o programa "Artesanato e Manualidade de Brasília", com foco na geração de emprego e renda, mediante capacitação e entrega de carteiras, ofertando espaços de comercialização e qualificação.
- Participar dos principais eventos regionais, nacionais e internacionais do segmento de artesanato.
- Criar prêmio anual para incentivar artesanato e manualidade.
- Criar mecanismos para apoiar e financiar exposições e produção de peças artesanais.

TURISMO EM ACÃO

- Fortalecer o programa "Turismo em Ação", destinado a sensibilizar a população de Brasília, diversificar a oferta turística do DF, promover as ações e projeto do Governo e entregar carteiras de artesanato e manualidade.
- Mapear a oferta turística das 33 regiões turísticas do Distrito Federal.
- Apoiar o uso sustentável dos parques e florestas nacionais, com foco na oferta de atividades turísticas.
- Revitalizar placas de sinalização turística do Distrito Federal.
- Mapear e elaborar projeto de sinalização turística bilíngue.

ATENDIMENTO AOS TURISTAS

- Revitalizar os centros de atendimentos ao turista: Casa de Chá, Rodoviária Interestadual, Setor Hoteleiro Sul, Setor Hoteleiro Norte, Aeroporto Internacional e 308 Sul.
- Fortalecer os programas "CAT Recebe" e "Arte no CAT", promovendo atratividade cultural nos Centros de Atendimento ao Turista.
- Mapear e ampliar o número de prestadores de serviços turísticos do DF.
- Formatar o Observatório do Turismo do DF, em parceria com as universidades e outras entidades do trade, incrementando em especial os quesitos para um "destino turístico inteligente".

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO

- Implantar programa "Qualificatur", oferecendo cursos de capacitação para o trade turístico.
- Realizar "roadshows", presenciais ou on-lines, para que os empresários da cadeia produtiva firmem acordos comerciais.

PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

- Realizar press trip e fam tour, com o objetivo de divulgar o destino Brasília para veículos de comunicação e influencers.
- Criar plataforma e aplicativo para dispositivos móveis a fim de promover o destino Brasília.
- Promover os produtos turísticos de Brasília em locais estratégicos, em âmbito local, regional, nacional e internacional.
- Participar das principais feiras de negócio do turismo nacionais e internacionais, com a presença da iniciativa privada, para fomentar novos negóciose atração de turistas.
- Fortalecer o título de "terceiro polo gastronômico" entre embaixadas e organismos internacionais.
- Fortalecer Brasília como destino turístico do país.
- Buscar parcerias com as embaixadas, em acordos de promoção e comercialização dos produtos do destino Brasília.

19 TECNOLOGIA: MODERNIDADE E SOLUÇÕES DE VANGUARDA

O Distrito Federal será modelo de modernidade para o Brasil. Soluções diversas que compõem o conceito de "Cidade Inteligente" farão parte da nossa vida. Todas as Regiões Administrativas serão interligadas por modernos sistemas tecnológicos, fortalecendo o atendimento das populações nas suas necessidades básicas. Comodidades estão sendo listadas para que, nos primeiros tempos da próxima gestão comecem a ser instaladas. Desenvolveremos em consonância com as áreas fins instrumentos de modernização através de soluções de inteligência.

O conceito de Cidade Inteligente prevê cidades mais seguras, comunidades saudáveis, rede elétrica inteligente, informação segura sobre transportes e escolas interligadas com o mundo e com as famílias. Haverá comunicação moderna à disposição de todos os cidadãos, via Internet, agora com o fortalecimento do sistema 5G, do qual Brasília é cidade pioneira.

FACILIDADES PARA O CIDADÃO

Circula DF

Desenvolver o projeto, pelo qual o cidadão, usando seu celular, poderá saber o momento certo que o ônibus passará na parada, o status de lotação e a Alternativa de rota com o próximo ônibus. A proposta visa reduzir o tempo de espera do cidadão em parada, proporcionando maior conforto às viagens.

Educainfo

Implantar o sistema de comunicação direta da escola com pais, alunos, objetivando levar o acesso a informações sobre a frequência, desempenho, informações curriculares entre outros, além de colher informações avaliativas do colégio pelos pais e alunos.

Matrícula on line

Promover o sistema eletrônico de matrícula online na rede pública de ensino, que permita verificação de vagas por região, entregas de documentos e registro da matrícula.

Monitorando

Sistematizar e integrar os equipamentos de monitoramento, câmeras, radares, reconhecimento facial e banco de dados para gerar um processo rápido prevenção, captura e acompanhamento de delituosos em vias, rodoviárias, aeroporto, centros de

saúde entre outros.

Segurança Inteligente

Desenvolver o projeto de melhoria dos processos de inteligência da segurança pública, com métodos estatísticos, periciais, investigativos, preventivos, ostensivos e tecnológicos de modo a aumentar a eficácia na segurança na área urbana e rural.

Integra SUS

Ampliar a partir do uso de aplicativos tecnológicos como telemedicina e regulação do sistema médico, a disseminação do cartão nacional de saúde do SUS, com vista a facilitar o acesso dos cidadãos à atenção primária.

Facilita DF

Promover a automatização de serviços públicos como:

Regularização de obras e construções diversas, como a emissão de alvarás e ou habite-se, por meio da integração e digitalização desses processos com entregas online.

- Atendimentos fazendários, por meio daquela secretaria.
- Serviços do Detran.
- Serviços das empresas de águas
- Serviços de limpeza urbana.

GDF +

Melhorar e difundir o uso para todo o Distrito Federal do aplicativo existente que permite ao cidadão informar ao governo sobre necessidade de manutenções em equipamentos públicos como vias, viadutos, passagens de pedestres, podas, calçadas, pontes, edifícios, entre outros.

O FUTURO CHEGOU

Wi-Fi Social DF

Tornar o projeto WIFI social em programa de governo com vista a ampliar a sua abrangência para alcançar todas as regiões administrativas nos pontos de maior circulação de pessoas.

Vem DF

Vem DF

Ampliar o projeto Vem DF, uso de veículos elétricos na administração pública, buscando alcançar setores como segurança pública, sistema de saúde entre outros. O atual projeto já demonstrou economia no uso de combustível fóssil, bem como impedimento da emissão de 19 ton de gases poluentes. Em 3 anos e com a utilização de 16 veículos, o programa promoveu a ampliação de eletro postos tornando Brasília um dos maiores parques de abastecimento do Brasil.

Reciclotech

Ampliar o programa que é o primeiro da américa latina para reciclagem, logística reversa e recondicionamento de equipamentos e lixo eletrônico. Programa ainda, fornece cursos gratuitos voltados a tecnologia e sustentabilidade.

Formatech

Modernizar a Escola de Governo do GDF para se transformar em um centro de formação de tecnologia e inovação no setor público.

DF Inovatec

Transformar o projeto atual em programa de governo para qualificação profissional da população de baixa renda em profissões tecnológicas, profissões essas escassas.

Valoriza Tec

Implantar o projeto de fomento a economia de empresas locais de tecnologia com incentivos governamentais.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA

Diversas ações da FAP-DF apoiam atividades das áreas de Ciência e Tecnologia, abrangendo áreas empresariais, acadêmicas e de Governo. Previstas as seguintes ações:

- Manutenção de programas para concessão de bolsas de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico para estudantes de graduação e também do ensino médio.
- Ampliação do fomento aos programas permanentes de desenvolvimento de pós-graduação, stricto sensu, mestrado, doutorado e pós-doutorado.
- Previsão da ampliação de fomento para programas de desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação propostos por pesquisadores do DF.
- Manutenção de programa permanente de fomento estratégico para apoiar projetos de pesquisa, por meio de chamadas específicas em áreas de interesse do Distrito Federal.
- Estímulo e incentivo ao ciclo da ciência, com o lançamento de editais para

- apoiar a publicação e divulgação de pesquisas científicas em âmbito nacional e internacional. (FAP Publica e FAP Participa).
- Manutenção de apoio a programa de capacitação itinerante, com oferta de cursos de robótica, programação e novas tecnologias para alunos de escolas públicas, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do DF.
- Manutenção de apoio ao Programa StartBSB, que seleciona startups para receberem mentoria e subvenção econômica.
- Apoio ao Programa Inovatech e DF + Produtivo, em parceria com SENAI, para capacitação e aperfeiçoamento profissional em novas tecnologias, em especial aquelas ligadas à indústria 4.0.
- Apoio ao Programa Reciclotech, para recondicionamento e reciclagem de equipamentos eletrônicos, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do DF. Milhares de computadores e notebooks são doados a várias instituições de Brasília, inclusive escolas públicas.
- Manutenção do periódico anual Diálogo Científico FAPDF, que promove a publicação dos trabalhos de produção científica no DF.

PARQUE TECNOLÓGICO BIOTIC

O Parque Tecnológico de Brasília Biotic é um projeto que abre perspectivas monumentais para o setor no DF. Prevista a conclusão da primeira fase das negociações relativas ao Fundo de Investimento Imobiliário – FII BIOTIC. Tende a ser o maior Fundo Imobiliário ASG (Ambiental, Social e Governança) do Brasil, com patrimônio líquido estimado em até R\$7 bilhões. O objetivo é o desenvolvimento imobiliário do Biotic, composto por cinco fases de implantação, que nascerá como o primeiro bairro de Brasília nos moldes de Cidades Humanas Inteligentes Sustentáveis e Criativas.

- Na sequência, o FII BIOTIC Inovação, com estimativa de investimento da ordem de R\$ 250 milhões, terá o objetivo de fomentar o ecossistema de inovação da Capital Federal por meio do investimento em empresas de base tecnológica e projetos inovadores.
- Com esse veículo de investimento, será possível canalizar o capital de entidades de fomento, bancos de desenvolvimento, investidores de Private Equity, de Venture Capital, inclusive da própria BIOTIC S/A com o fluxo de dividendos do FII BIOTIC. E poderá atender startups, projetos independentes, projetos de grandes empresas, escalonamento de empresas e outros.
- Previsto também expandir o ecossistema de inovação do BIOTIC, atraindo e mantendo empresas de base tecnológica por meio da conexão com grandes investidores, universidades, aceleradoras e órgãos governamentais conectados ao Distrito de Inovação BIOTIC.
- Já anunciado o campus UniDF BIOTIC, destinado a ofertar cursos de graduação e pós-graduação de qualidade, conectados ao ecossistema de inovação do BIOTIC, para a formação dos profissionais do futuro.

20 desenvolvimento econômico

Para o efetivo desenvolvimento da economia regional, faz-se necessária a diversificação da matriz econômica, com o desenvolvimento das cadeias produtivas, atividades vocacionadas e arranjos produtivos locais existentes.

Com isso a promoção de um ambiente favorável aos negócios e com segurança jurídica, proporcionará competividade às empresas instaladas no DF, e a consequente geração de emprego e renda, atraindo investimentos internos e externos para aquecimento da economia do Distrito Federal.

NOVOS INVESTIMENTOS E EMPRENDIMENTOS PRODUTIVOS

- Melhorar a infraestrutura do Pólo JK e das demais ADEs;
- Criar novas ADEs e concluir as ações necessárias para consolidação das já existentes;
- Criar infraestrutura necessária na linha férrea já existente, de forma a
 possibilitar sua utilização para transporte de passageiros, com
 revitalização da antiga Estação Rodoferroviária, e criação de novas
 estações ao longo da linha;
- Incentivar ações do Porto Seco em Santa Maria, fomentando as atividades de importação e exportação do DF;
- Criar centro de comércio e serviços que promoverá implantação integrada de atividades culturais, de Brasília, próximo ao Centro Cultura Banco do Brasil CCBB.
- Promover a expansão da infraestrutura do Pontão do Lago Sul, viabilizando a diversificação da ocupação da orla;
- Promover o desenvolvimento da Marina do Lago Paranoá;
- Incentivar a criação e construção de plantas de Usinas Fotovoltaicas em áreas rurais;
- Promover a requalificação do Setor Recreativo Parque Norte (Centro Esportivo de Brasília, concedido à iniciativa privada - Arena BSB), visando o desenvolvimento de um centro de comércio e serviços, por meio da construção de um boulevard próximo do Estádio Nacional de Brasília.

- Promoção de infraestrutura e de eventos no Autódromo Internacional Nelson Piquet, em parceria com o Banco de Brasília S.A- BRB;
- Promover ações de capacitações aos empresários locais e incentivar o empreendedorismo na Capital;
- Fortalecer a estrutura de gestão dos programas Emprega-DF, Desenvolve-DF e Pró-Rural, de forma a permitir maior participação do empresariado nos programas de incentivo fundiário, econômico e fiscais;
- Ampliar a rede de atendimento do Simplifica-PJ, com a criação de novas unidades.

21 POST SCRIPTUM

O DF DO FUTURO

A elaboração deste Plano de Governo para o próximo quadriênio não esgota nossa coragem de enfrentar uma questão iminente: a modernização da máquina administrativa pública se impõe para acompanhar as novas relações de consumo, o rimo das poderosas ferramentas tecnológicas, como, por exemplo, a tecnologia 5G, bem como os avanços na medicina.

Faz-se urgente, necessário, indispensável, um governo que atue como um organismo, onde cada setor dialogue com os demais, oferecendo serviços completos aoseu cliente – o cidadão. Um Estado moderno, que não só escute os anseios da população, mas o entenda, que tenha a empatia em satisfazê-lo de forma digna. Alicerçaras bases de um Estado inteligente, fundamentado em planejamentos estratégicos adequados a cada peculiaridade.

Para que tudo isso possa se tornar realidade, é preciso promover uma revolução de ideias. Realizar uma reengenharia de governo, ajustar posicionamentos, olhar ever o que deu certo e o que deu errado (para não errar novamente, e corrigir), e fazer um novo arranjo em todo o corpo governamental (Secretarias, Diretorias, Coordenações, estatais) tendo como um único alvo: O bem da coletividade.

O debate está aberto!